

# Diário do Legislativo de 11/07/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 254ª Reunião Ordinária - Solenidade de Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, Grau Mérito Especial, ao Deputado Germán Lopéz

1.2 - 170ª Reunião Extraordinária

1.3 - Reuniões de Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATA

ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 254ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 12/6/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução dos Hinos Nacionais Argentino e Brasileiro - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Elbe Brandão - Palavras do Sr. Federico Storani - Assinatura do Livro de Chancelaria - Entrega de medalha - Palavras do Deputado Germán López.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Emílio Júlio Neffa, Cônsul-Geral da República Argentina em Belo Horizonte; Germán López, Deputado Estadual da Província de Buenos Aires; Federico Storani, ex-Ministro da República da Argentina; Deputada Elbe Brandão, Presidente da Comissão do MERCOSUL nesta Casa; e Deputado João Paulo, Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais nesta Casa.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se a interrupção dos trabalhos ordinários à realização da solenidade de entrega da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, Grau Mérito Especial, ao Deputado Germán Lopéz, da Província de Buenos Aires.

Execução dos Hinos Nacionais Argentino e Brasileiro

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional da Argentina e, logo após, o Hino Nacional Brasileiro.

- Procede-se à execução dos Hinos.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos Srs. Emílio Júlio Neffa, Cônsul-Geral da República Argentina em Belo Horizonte; German López, Deputado Estadual da Província de Buenos Aires; Federico Storani, ex-Ministro da República da Argentina; Deputada Elbe Brandão, Deputado João Paulo, Srs. Deputados, convidados, Brasil e Argentina, irmanados no mesmo propósito de assegurar o desenvolvimento socioeconômico para seus povos, enfrentam hoje dificuldades semelhantes. A globalização conduzida de acordo com o interesse das grandes potências, a especulação financeira internacional e as agressões ao meio ambiente são alguns dos fatores que vêm de fora e nos afetam aqui.

Nossos países, no entanto, têm lutado bravamente para superar as dificuldades. Nessa luta, verificamos que, mais uma vez, a união faz a força. Daí surgiu o consenso argentino-brasileiro, cujo principal e positivo resultado, até agora, foi o MERCOSUL.

Tecemos essas considerações a propósito da honrosa visita que nos faz hoje o Dr. Germán López, Deputado da Província de Buenos Aires. Servimo-nos da ocasião para, em nome do povo mineiro, conceder-lhe a Medalha do Mérito Legislativo, no grau Mérito Especial. É a comenda máxima que este parlamento concede àqueles que realmente fazem por merecê-

la. O Deputado Germán López é um desses homens, cujo mérito deve ser reconhecido.

Deputado Germán López, sua rica trajetória como parlamentar e homem público é de nosso conhecimento. Impressionaram-nos, sobretudo, sua luta em prol dos direitos humanos, em favor da educação e, ultimamente, seus esforços para desenvolvimento do MERCOSUL. Chamou-nos a atenção uma de suas observações, que vamos aqui traduzir: "A história dos povos se nutre da própria vida, modelada por fatos e circunstâncias que conduzem ao futuro das nações. Talvez como o rio que avança pelos territórios e pelos tempos, a atividade política é uma corrente contínua, dinâmica, inovadora e esclarecedora".

Seu pensamento, Deputado Germán López, demonstra especial afinidade com o nosso, no parlamento mineiro: Minas Gerais é e sempre foi, no panorama brasileiro, a terra da liberdade e a vigilante da democracia. Receba, portanto, esta nossa homenagem, como uma prova de que o consideramos um dos nossos, assim como consideramos a Argentina um país irmão e amigo. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Elbe Brandão

Sr. Presidente, irmãos argentinos, companheiros Deputados, senhoras e senhores, foi-me delegada pelo Presidente da Assembléia a missão de coordenar, neste biênio, a Comissão do MERCOSUL da Assembléia Legislativa. O trabalho que hoje iniciamos e que já começa a dar o seu primeiro fruto nasceu de uma discussão de Minas Gerais com Buenos Aires. A discussão que se iniciou entre essas duas províncias, esses dois Estados, hoje reúne 64 Assembléias Legislativas Estaduais do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Chile, que, em agosto, adere a essa união parlamentar do MERCOSUL. Na sexta-feira passada, a Assembléia de Minas Gerais foi eleita Vice-Presidente dessa união parlamentar.

Acredito que Minas tem papel preponderante em maturado processo de relações. Neste momento partimos para o que podemos chamar de política de resultados. Aqui, hoje, tivemos a grata satisfação - e podemos falar para o povo de Minas Gerais, com a aquiescência do Presidente da Assembléia - de ver também o propósito da Argentina na consolidação de intercâmbio entre as universidades estaduais do Brasil e da Argentina.

No próximo mês de agosto, a cidade de Janaúba, no Norte de Minas Gerais, assinará convênio com a cidade argentina de São Pedro. As duas cidades têm o mesmo perfil e poderão trocar tecnologia e realizar intercâmbio, reforçando as relações comerciais.

Temos também aqui a presença de duas queridas amigas, que presidem o Clube da Melhor Idade e defendem o direito da criança e do adolescente argentinos. Estamos fechando convênios comuns para partilhar.

Minha fala, neste momento, é muito importante, dada a crise que atravessa o Brasil. O cidadão se vê muito longe da sua representação federal, e os Estados começam a ter um papel preponderante, fazendo com que a sociedade civil e os Poderes estaduais representativos possam formar um elo, não com a elite populacional dos nossos países, que, a bem da verdade, conduzem a política internacional do MERCOSUL, mas com o povo, representado pelas suas Assembléias, pelos seus Deputados Estaduais, pelos seus clubes e instituições.

Sinto-me no direito de conclamar o Deputado Wanderley Ávila e os outros que representam a maçonaria em nosso Estado para que sejam outro foco de intercâmbio e comunicação na busca do desenvolvimento do MERCOSUL. Muito mais que o desenvolvimento do MERCOSUL, com as suas fronteiras geográficas, com seus hinos e símbolos, temos de buscar o desenvolvimento de nossa gente, porque todo cidadão, seja ele brasileiro, argentino, paraguaio, uruguaio, chileno, mineiro, belo-horizontino ou da minha cidade, é igual perante Deus, e a equidade, com certeza, tem de ser a nossa bandeira maior. Obrigada.

Palavras do Sr. Federico Storani

Srs. Deputados, não quero demorar muito dizendo frases que geralmente encerram lugares-comuns, coisas que já se tem dito acerca da amizade que se impõe, que deve existir entre povos irmãos. Mas vale a pena destacar que, apesar dessas frases, nem sempre foi assim. Nossa história indica que temos sistemas democráticos há pouco mais de 20 anos e que antes, governos autoritários, muitas vezes militares, estabeleciam doutrinas segundo as quais não deviam se desenvolver formas de comunicação entre nossos países, porque, em teoria, isso poderia afetar a segurança ante um conflito eventual.

O predomínio de uma agenda política equivocada criou, durante muito tempo, uma diminuição, separação artificial entre os povos da América do Sul, que não tinha nada a ver com seus interesses, suas necessidades e, sobretudo, com seu futuro. O primeiro passo, sem dúvida, foi aproximadamente há 20 anos: a recuperação da democracia no Cone Sul e na América Latina. Mas o segundo passo imprescindível tanto para o Brasil quanto para a Argentina foi exatamente procurar fazer uma integração que começasse pela complementação econômica de seus mercados, mas que não se detivesse somente nesse ponto. Devo resgatar a iniciativa do Presidente Tancredo Neves e do Presidente Raúl Alfonsín, quando deram os primeiros passos para a formação do MERCOSUL. Não foi somente uma visão econômica no sentido de compreender que a globalização como fenômeno mundial torna nossos países, individualmente considerados, inviáveis.

O nível de escala que têm hoje os mercados internacionais vai muito mais longe, muito aquém da possibilidade de sobreviver, como em outra época ocorreu com o mercado interno. Não é questão econômica, é uma questão de sobrevivência. Ou integramos regionalmente os nossos países ou não somos viáveis para um caminho de consolidação do ponto de vista econômico, social e político. Mas nestes dias, assim como há 20 anos, a discussão era em torno de doutrinas que não eram vividas. De modo artificial, apareceram novas formas que tentam introduzir cunhas entre os países da América do Sul e entre os da América Latina.

Se perguntam se queremos um mercado que vá do Alasca até a Terra do Fogo, dizemos que sim. Mas essa não é a pergunta correta. A pergunta é: Em que condições queremos um mercado com essas características? A resposta é: Fortalecendo a nossa própria região; primeiro o MERCOSUL, depois a ALCA, porque, se há negociação individual ou bilateral entre a primeira potência do mundo e qualquer dos países da região, a assimetria econômica que existe entre ambos vai terminar com a submissão ao que não seja voluntário, por parte de qualquer dos países da região que representamos.

Por isso é que, apesar das dificuldades econômicas, das dificuldades que se enfrentam conjuntamente, de áreas de interesse tanto no Brasil como na Argentina, nosso esforço deve ser o de buscar denominadores comuns com as instituições, os arbitramentos, as intermediações que permitam a superação dos conflitos. A determinação política é fundamental, e, em tal sentido superando essas diferenças, há que se reafirmar a idéia do MERCOSUL. Do meu ponto de vista, não somente como mercado comum, mas também estabelecendo uma agenda política. A agenda política dos países do Sul segue sendo o tema da dívida que não desapareceu. Está presente a questão do meio ambiente tanto no Brasil quanto na Argentina, por exemplo, a situação do Atlântico Sul, e existem quatro ou cinco pontos centrais que têm que ser unificados na representação política para a interlocução, para o diálogo com os países mais desenvolvidos.

Nestes dias em que se abre um debate sobre quem é o primeiro, se a ALCA ou o MERCOSUL, ou se é a integração, digo que essa é uma falsa discussão. O MERCOSUL é uma realidade, a ALCA é somente uma idéia. Podemos fazer avançar essa idéia se primeiro fortalecermos a realidade, para fortalecermos nossa região e nossos países. Por isso digo, em nome da maioria do povo argentino, que para nós não há confusão, há um só caminho. Desejei com minha presença fazer acompanhar esse ato de outorga do título ao meu amigo Deputado Germán López, porque sou testemunha da importância que damos ao trabalho de integração em todos os níveis. Nos níveis político e econômico, no que se refere às associações civis que estão aqui presentes, à solidariedade e ao conhecimento. Tem-se tentado fazer acreditar que nossos países são muito diferentes. É certo, mas temos muito mais coisas em comum e afinidades do que as diferenças que podem ser interpostas entre nós. Como a questão é cultural, o que propomos é que se abra um leque mais amplo de possibilidades de conhecimento para que a integração seja mais profunda e plena. Agradeço ao Presidente e a todos os legisladores. Estamos à disposição para este trabalho. Obrigado.

Assinatura do Livro de Chancelaria

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Deputado Germán López a assinar o Livro de Chancelaria, em que são registrados os nomes dos agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo.

- Procede-se à assinatura da Livro de Chancelaria.

## Entrega de Medalha

O locutor (Sr. José Soares Júnior) - Senhoras e senhores, damos início, neste momento, à solenidade de entrega da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo.

Criada em abril de 1982, a Ordem do Mérito Legislativo é conferida aos cidadãos que, por suas realizações e seu mérito, tenham-se tornado merecedores do especial reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

As Medalhas da Ordem do Mérito Legislativo são concedidas mediante proposta de seu Conselho, sediado no Palácio da Inconfidência e composto pelos membros da Mesa da Assembléia de Minas Gerais, pelas Lideranças da Maioria e da Minoria e pelos ex-Presidentes desta Assembléia Legislativa no efetivo exercício do mandato de Deputado Estadual.

O ingresso nessa Ordem e as promoções por ela homologadas representam o reconhecimento do Poder Legislativo às pessoas e instituições que contribuem, com suas iniciativas e ações, para o bem-estar da sociedade.

A Ordem do Mérito Legislativo no Grau Mérito Especial condecora personalidades que, em vários campos da atividade humana, contribuíram para o desenvolvimento regional e nacional, no âmbito político, no processo educacional e cultural, na vida militar, no Poder Judiciário, na área governamental e no exercício da iniciativa privada. Convidamos o Deputado Provincial de Buenos Aires, Germán López, para ser agraciado.

O Presidente desta Casa e do Conselho da Ordem do Mérito Legislativo, Deputado Antônio Júlio, procederá à entrega da condecoração do Grau Mérito Especial.

- Procede-se à entrega da Medalha.

### Palavras do Deputado Germán López

O Deputado Germán López - Exmos. Srs. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Júlio; Cônsul Geral da República da Argentina em Belo Horizonte, Emílio Júlio Nefa; ex-Ministro da República Argentina e padrinho político, Dr. Federico Storani; Presidente da Comissão do MERCOSUL da Assembléia Legislativa, Deputada Elbe Brandão; Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais da Assembléia Legislativa, Deputado João Paulo, senhoras e senhores legisladores, começo com muito sentimento, agradecendo a este maravilhoso povo a recepção que tivemos nestes dias e a hospitalidade deste Estado. Não fazem mais do que dar alento ao meu coração a boa-vontade e o carinho que temos recebido por nossa atividade constante em reuniões anteriores de trabalho.

Sou um Deputado da Província de Buenos Aires que teve a sorte de ocupar cargos eletivos desde 1983, data em que nosso país se abriu para a democracia, seguindo os princípios que regem a sociedade organizada: liberdade, fraternidade e igualdade. Permitam-me declarar que esta condecoração que recebi nesta belíssima cidade de Belo Horizonte, deste Poder Legislativo, faz com que renove minhas forças e vocação de prestação de serviços à comunidade. Quando mais de uma vez estivemos reunidos, nós, parlamentares do MERCOSUL, investindo na possibilidade de acordos, estávamos cumprindo, não tenho dúvida, a missão dos pais de nossa América Latina, como o são O'Higgins, Bolívar, San Martín, Artigas e Tiradentes, que são aqueles que buscavam a irmandade, a liberdade e a igualdade como base da felicidade dos povos.

Mas estamos diante de uma situação mundial que não podemos desconhecer, que é o que hoje conhecemos, e que é o mais importante, que é a globalização. Nestes vinte anos, os países capitalistas centrais conseguiram estabelecer um processo de regulação verdadeiramente inédito. Processo que sem dúvida repousa sobre a base da decisão política do capital, que motivou uma seqüela de desemprego sumamente interessante e importante que nos divide, que prejudica a todos os habitantes de países como os nossos, que estão em via de desenvolvimento.

Essa concentração não deve contrapor a esfera privada à pública. Seria muito perigoso, já que uma depende da outra. As sociedades se organizam com base na eficiência e na solidariedade. Por isso é necessária a formulação de políticas inteligentes, de Estado, com um Estado moderno, dinâmico, capaz de resolver através da associação das faces pública e privada. Esse novo papel, não há dúvida, seguido pelas políticas centralizadas dos governos corresponde hoje, mais do que nunca, a dos Estados, a das Províncias ou a das Prefeituras. É por isso que, além da legislação parlamentar, estamos avançando nesse terreno, nesse caminho. Recentemente conversamos com a Presidente da Comissão sobre a importância que têm tido nossos encontros parlamentares, ocasião em que chegamos a uma agenda precisa, em que se pôde encontrar, como era necessário naquele momento, uma Presidente das comissões que trabalham com organizações não governamentais dos países que integram o MERCOSUL, que trabalham em favor dos seus avós ou de suas crianças, que são, na maioria dos casos, verdadeiramente, os que se pode chamar de despossuídos dessa globalização.

O MERCOSUL concebido por muitos como questão meramente comercial, econômica, não é isso para nós. É a criação definitiva de uma cultura integradora, que temos de ter e que se encontra na cultura, no social, nos campos esportivo, tecnológico e científico, em todos os campos, como bem dizia o Ministro Storani, em boa hora, "aquelas questões que pareciam nos dividir em campos opostos estão muito mais próximas das coisas que fizeram com que acreditássemos nos discursos do passado, quando queriam que nos enxergássemos como diferentes, e que iam em sentido contrário ao da história que cada um de nós teve no crescimento da nossa educação, na possibilidade de sermos "heróis" da história, por assim dizer. Hoje vigora essa história dos pais da Pátria. Por isso é imprescindível que na cultura integradora do MERCOSUL consigamos uma verdadeira rede de intercâmbios, não virtual, mas que permita nos encontrarmos e nos consolidarmos em um único caminho.

O MERCOSUL deve desenvolver-se como um vaso comunicante das nações latino-americanas com suas potencialidades. Devemos revalorizar as ações a partir da própria base dos governos, fundamentalmente os locais e os regionais. Por isso, senhores legisladores, creio, mais do que nunca que, a respeito desse caminho que iniciamos, desse marco de referência da vontade política revelada por nossos Presidentes que iniciaram o caminho do MERCOSUL e revelada também por aqueles que estão desenvolvendo atividades nesse sentido, a partir do privado indo para o público, podemos dizer que esse é o escopo que devemos almejar com muita garra, para que nenhum obstáculo se interponha entre nós. Não há possibilidade de outro mercado nem de um terceiro mercado nem futuro, senão um MERCOSUL forte, que integre não somente países como o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mas também o Chile, o México e todos os países que, no Cone Sul, têm a necessidade de se fortalecer perante os que, diante das nossas debilidades, imaginam que, em qualquer situação, seguiremos na rabeira do vagão da história e não seremos a cabeça do leão.

Quero novamente abrir meu coração para o sentimento, a emoção incontida deste momento, desta reunião, que é este reconhecimento, esta distinção, que nada mais faz do que revalorizar conjuntamente, para continuarmos neste caminho. Mas quero agradecer também em nome dos meus pares da Província de Buenos Aires e dizer que, na dignidade da atividade parlamentar permanente, reconhecemos nos irmãos do Brasil, com quem formamos o MERCOSUL, algo mais do que um caminho a construir.

Quero também dizer-lhes que enfrentei muitas adversidades, como cada um dos senhores também enfrentou no seu campo de trabalho e no campo pessoal. Como sempre, confiando no ser supremo, em Deus, encontrei este caminho, porque nossa vontade de atividade política neste caso é o esforço da vocação de serviço, em face de nossos concidadãos, que depositam em nós essa responsabilidade. Por isso, as decisões nesta altura da vida dizem respeito fundamentalmente a construir um futuro melhor para nós e nossos filhos. Por isso agradeço novamente por essa distinção recebida nesta data. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a honrosa presença do Deputado Germán López, dos integrantes da comitiva da Província de Buenos Aires e das demais autoridades e visitantes.

ATA DA 170ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 3/7/2001

Presidência dos Deputados Antônio Júlio, Alberto Pinto Coelho, Wanderley Ávila e Álvaro Antônio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2001; discurso do Deputado Sebastião Costa; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Amilcar Martins; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de número regimental para a continuação

dos trabalhos; discurso do Deputado Paulo Piau; questão de ordem; discurso do Deputado Luiz Tadeu Leite; encerramento da discussão; questões de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Afilton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aduato - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Moraes - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos, para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) -Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Educação e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Educação, e com as Emendas nºs 4 a 7, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, jornalistas representando a nossa atuante imprensa no Estado, a nossa presença na tribuna tem um simples objetivo: primeiro, queremos declarar que o PFL e a Oposição desta Casa votaram favoravelmente a essa matéria no 1º turno, e voltaremos a fazê-lo nesta oportunidade. Porém, queremos fazer aqui uns poucos esclarecimentos, e os educadores sabem muito bem aonde estamos querendo chegar. Nosso objetivo não é retardar a votação da matéria. O objetivo do PFL e dos partidos que fazem oposição nesta Casa é esclarecer um aspecto muito simples: no 1º turno, lembramos que, quando se trata de movimentação na Secretaria da Educação, a matéria necessariamente deveria ter sido distribuída à Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa, e isso não foi feito.

No 2º turno, aqui estamos para lembrar outro aspecto interessante. Na mensagem original, que os educadores conhecem, o Governo do Estado conservou a UEMG ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas, depois, veio à Casa uma emenda transferindo a UEMG para a Secretaria da Educação. Acompanhamos a tramitação da emenda no âmbito das comissões.

Dos quatro Deputados membros da Comissão de Administração Pública, três votaram contrariamente à mudança proposta, porque acharam por bem aguardar a decisão da Comissão Especial constituída pela Assembléia para analisar o ensino superior no Estado. Só então decidirão o destino da UEMG.

Neste momento, em que já se realiza o estudo e em que nos preocupamos em aprovar o mais rápido possível a reforma administrativa que versa sobre o interesse da Secretaria da Educação e dos que nela trabalham, julgamos imprudente incluir mais uma emenda - essa que solicita a transferência da UEMG de uma secretaria para outra. Esse assunto pode ser tratado em outra oportunidade.

A reforma administrativa, como já disse no 1º turno, deveria ter sido mais abrangente, ter atingido o Estado, e não ter ficado somente no âmbito da Secretaria da Educação. O Governo, no entanto, não entendeu assim. Nada temos em contrário. Contestamos somente que se mude a UEMG de secretaria, e as razões são simples: as demais universidades estaduais também pertencem às Secretarias de Ciência e Tecnologia dos Estados, mesmo porque a natureza do ensino superior está mais ligada ao avanço da pesquisa que ao ensino fundamental e médio.

Daí ter o PFL, representado na Comissão de Administração Pública pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira, votado contrariamente à transferência neste momento. Concordamos com a mensagem inicial do Governo de reforma na Secretaria da Educação, sem que, no entanto, se modifique a situação da UEMG. Esse também foi o parecer do relator.

O PFL, desde o primeiro momento, atendendo a apelo do Deputado Paulo Piau, está de acordo em que a UEMG continue ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, até que, depois de concluído o trabalho da Comissão Especial desta Casa, os Deputados e os Secretários das duas pastas convençam-se de que a UEMG vai ficar mais bem situada na Secretaria da Educação.

Transferi-la agora, além de inoportuno e imprudente, seria responsabilidade exclusiva da Assembléia Legislativa, já que a mensagem inicial do Governo do Estado não tratava dessa transferência. Entendo que mudança estrutural deva partir, necessariamente, do poder de quem tem o título e a responsabilidade de administrá-la e conduzi-la. Após a realização de um estudo nesta Casa, após a Comissão Especial visitar outros Estados e verificar por que funciona no Paraná e em São Paulo, vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, por que Minas Gerais teria de modificar? Esse é o entendimento que o partido coerentemente defendeu na Comissão de Administração Pública por meio de seu representante, o

Deputado Sebastião Navarro Vieira. O objetivo não é criar embaraços. Entendemos a ansiedade dos servidores da educação.

Não estamos polemizando com o Governo. A Defensoria Pública tinha a obrigação de remeter a esta Casa, e não o fez. Estamos polemizando tão-somente para resguardar ao ensino superior a oportunidade de ser reavaliado por uma comissão especial e, logo após, num processo de convencimento, devidamente amadurecido, definir se o melhor para a UEMG é a Ciência e Tecnologia ou seguir os rumos da Secretaria da Educação. No momento, estamos preocupados em alertar para a necessidade de caminharmos para aprovar a matéria, já que não polemizamos no 1º turno. Os educadores sabem que apenas lamentamos. Qualquer matéria que movimentar a Secretaria da Educação, embora de natureza simplesmente estrutural, cria uma inquietação nos estabelecimentos de ensino. Quem já atuou ou ainda atua na educação sabe perfeitamente que qualquer mudança dessa natureza altera substancialmente o estado de espírito nos estabelecimentos de ensino. No 1º turno, isso nos induziu a fazer um alerta desta tribuna: quando se trata de matéria que, embora estrutural, afete o aspecto pedagógico, é necessário que ela seja distribuída à Comissão de Educação. É preciso que haja interação, que todas as comissões técnicas sejam ouvidas sobre matérias com essa grandeza.

Entendo que o Governo agiu de forma tímida, ineficaz. Poderia ter sido muito mais arrojado e ter ampliado sua reforma saindo do âmbito da Secretaria da Educação. Nem por isso nós, do PFL, nos posicionaremos contrariamente à reforma. Apesar de tímida e limitada ao âmbito de apenas uma secretaria, quando tantas outras precisam de reforma, a Secretaria da Educação não pode ficar prejudicada, muito menos seus servidores, porque não é esse nosso objetivo.

Para concluir minha participação, lembro que é preciso que as coisas não sejam tocadas como o Governo do Estado faz. É preciso encarar com seriedade, o que implica estudo preliminar que contribua para que a reforma apresentada não se transforme em acomodação localizada, mas em avanço do Estado no interesse dos cidadãos.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Sebastião Costa, nosso Líder, quero manifestar a nossa alegria por V. Exa. trazer aqui um assunto de tamanha importância para o Estado de Minas Gerais, considerando-se que o projeto original do Governador do Estado não contemplava a transferência da UEMG e da UNIMONTES para a Secretaria da Educação. Essa emenda, surgida nesta Casa, está fazendo uma mudança, uma transformação, que pode ser boa ou não. Portanto, é fundamental a colocação de V. Exa., chamando à discussão os parlamentares desta Casa, a fim de que todos votem conscientemente. Este é o nosso papel e a intenção de V. Exa. nesta manhã.

As matérias não podem ser votadas açodadamente, muitas vezes baseadas no "acho que vai dar certo". É nossa responsabilidade, enquanto parlamentares, discutir, à exaustão, medidas tão importantes. A menos que essa não seja uma matéria de importância para o Governo. Caso não seja, vamos votar açodadamente, simplesmente transferindo as universidades de uma Secretaria para outra, como se nada disso tivesse importância.

Quero parabenizar V. Exa. por ter iniciado esta discussão e chamar a atenção dos nossos companheiros, Deputados, para que se aprofundem nesse assunto, e, evidentemente, não votem a matéria desta maneira. Quem sabe possamos elaborar um projeto próprio, chamando aqui a sociedade, interessada nessa questão, a comunidade universitária, os estudantes, os professores, os diretores, as próprias faculdades, as duas Secretarias envolvidas, a de Ciência e Tecnologia e a da Educação para que possam opinar, uma cedendo, uma querendo receber. Essa é uma medida madura, e a Assembléia Legislativa, nos seus mais de 50 anos de conceito, não pode simplesmente votar baseado no "eu acho que assim vai dar certo". Que esta votação seja para o bem das duas universidades, para o bem da nossa juventude, que espera que a nossa universidade seja forte. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço ao Deputado Paulo Piau. É preciso que as decisões de Estado, as decisões de Governo, sejam, de fato, amadurecidas. Quando o Governo encaminhou uma mensagem a esta Assembléia, não sei se havia, por parte dele e dos Secretários, a conveniência de não aprofundar na questão UEMG e UNIMONTES. Simplesmente faria a reforma na Secretaria da Educação, com a qual concordamos em gênero, número e grau, discordando apenas de que o Governo estaria fazendo reforma no Estado, nas Secretarias, muito lentamente, um verdadeiro arremedo de reforma. Primeiro, na Casa Civil e, agora, na Educação, quando gostaríamos que o Estado fosse discutido como um todo.

Entendemos que a Secretaria da Educação não pode e não deve ficar prejudicada por causa dessa omissão do Governo.

Por outro lado, na tramitação nesta Casa, veio a emenda que transfere a UEMG e a UNIMONTES para o âmbito da Secretaria de Estado da Educação. Com isso, não quero contestar, terminantemente, a idéia. Lamentamos o momento em que ela é apresentada, fora do âmbito do Poder Executivo, sem a anuência expressa dos dois Secretários e do próprio Governo.

A não ser que o Governo esteja agindo com a mão dos outros, mandando que a Assembléia faça o que não quer fazer. Mas entendo que não é isso o que está acontecendo e, se não está acontecendo, a emenda não deveria ter sido apresentada aqui. Poderia ocorrer em outro momento, com uma mensagem do Governador, transferindo as universidades para a Secretaria da Educação.

Quero dizer aos funcionários, sobretudo aos servidores da educação, que é muito comum que o Governo, depois de mandar uma mensagem, comece a se preocupar com a mensagem que mandou e se arrependa. Aí, serve-se de terceiros para criar um embaraço em uma mensagem tão simples, como é a reforma e a reorganização da Secretaria da Educação. Nossa preocupação está concentrada nesse aspecto. Ora, a Assembléia Legislativa constituiu uma comissão para discutir o ensino superior no Estado de Minas Gerais; então, não vejo nenhum impedimento a que as universidades pertençam a esta ou àquela secretaria, mas somente depois de concluído esse estudo e após audiência com os dois Secretários e a concordância do Governo. A princípio, sem que me convençam, estou preocupado, considerando que uma das prioridades das universidades, sobretudo da UEMG, cujo funcionamento conheço bem, é o avanço tecnológico, no campo da pesquisa, que estaria na esfera de atuação da Secretaria de Ciência e Tecnologia mais especificamente do que da Secretaria da Educação, que tem atuação mais abrangente, mais preparada para os ensinos fundamental e médio. Essa discussão vai-se dar com os professores, os pesquisadores e os Secretários na Comissão Especial constituída para esse fim na Assembléia Legislativa. Tenho a certeza de que, após a conclusão, saberemos o destino da UEMG e da UNIMONTES. Mas, neste primeiro momento, modificar ou apenas transferir de secretaria não quer dizer que o problema das universidades esteja resolvido de vez. Após o estudo da Comissão, teremos, pelo menos, elementos para discutir com a sociedade e mostrar a ela o porquê da mudança - vai conseguir, vai avançar, vai crescer? Essa seria a nossa preocupação.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não temos o objetivo de retardar a votação. Queremos até que a matéria seja votada nesta manhã, se possível. Mas para que uma matéria seja votada nesta Casa é necessário que tenhamos um número mínimo de Deputados, e V. Exa. deve estar observando que o número de parlamentares em Plenário é insuficiente para a aprovação dessa matéria. Também tenho a certeza de que V. Exa., um cumpridor do Regimento Interno da Casa, saberá perfeitamente que é preciso haver um número expressivo de Deputados em Plenário para que possa ser feita a votação da matéria. Esse tem sido nosso empenho. V. Exa. deve lembrar-se de quando aqui discutíamos o veto do Governador, que impedia o repasse de 2% do orçamento para a UEMG, em cumprimento a uma emenda à Constituição, inicialmente de autoria do Deputado Paulo Piau e, depois, aprovada pelo Plenário desta Casa - passando, assim, a ser um dispositivo legal da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Hoje, a situação não é diferente. Continuamos alertando de que falta vontade política do Governo do Estado de Minas Gerais, ao longo do tempo - não somente agora, mas principalmente agora -, para que haja um avanço efetivo dessa questão do ensino superior no Estado de Minas Gerais.

#### Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Em respeito aos servidores que aqui estão, compreendendo a necessidade de a Secretaria da Educação estar devidamente reorganizada e verificando que não há número de Deputados suficiente para a votação da matéria, sugiro a V. Exa. que determine a recomposição do quórum.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Álvaro Antônio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Responderam à chamada 34 Deputados, número suficiente para a continuação dos nossos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado Amílcar Martins, um aparte para fazer um esclarecimento. Quero pedir desculpas ao Deputado Sebastião Costa por ter

interrompido a sua fala quando era ele o orador. Então, de público, gostaria de pedir desculpas ao Deputado Sebastião Costa, com quem sempre tive um bom relacionamento. Muito obrigado.

O Deputado Amílcar Martins\* - Sr. Presidente, venho novamente a esta tribuna para retomar a discussão do Projeto de Lei nº 1.431/2001, de iniciativa do Governador do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Educação e dá outras providências. Venho fazer essa discussão em um momento de dificuldade para o Estado de Minas Gerais, em um momento em que o Governo está acéfalo. Todos vimos nos jornais da manhã de hoje que o Governador Itamar Franco está passeando fora de Minas Gerais. Já havíamos visto, no final da semana passada, o Governador fugir que não cumpre os seus compromissos com o povo de Minas comprando muamba e uísque falsificado no Paraguai. Essa é uma imagem que agrediu a todos os mineiros, um Governador que não teve a delicadeza de comunicar à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais que ele iria fazer uma excursão à Ciudad del Este no Paraguai e que Minas Gerais estaria sem Governo, porque o Vice-Governador estava em viagem oficial à China. Ele, pura e simplesmente, driblando até mesmo sua assessoria de comunicação, fugiu e foi encontrado no Paraguai fazendo umas comprinhas. Num gesto de desrespeito, o Governador faz, mais uma vez, a mesma coisa, ou seja, usa as pessoas de maneira desrespeitosa, a meu ver. Não quero, não posso e não vou discutir questões de foro íntimo do Governador Itamar Franco. Não nos cabe discutir suas opções, suas preferências.

O Sr. Presidente (Deputado Álvaro Antônio) - V. Exa. está usando o tempo regimental para discutir o projeto que está em pauta. Gostaria que V. Exa. voltasse ao assunto.

O Deputado Amílcar Martins\* - Meu caro Presidente em exercício, Deputado Álvaro Antônio, é rigorosamente isso que procuro fazer neste momento. Dizia da dificuldade de discutir um projeto de iniciativa do Governador, quando a primeira questão a ser levantada seria qual o grau de envolvimento e de conhecimento que o Governador tem desse projeto. Sua ausência no exercício efetivo do Governo é um fato que nos tem chocado. Dizia que, no final da semana passada, ele estava em Foz do Iguaçu, num momento de grande dificuldade para os mineiros, num momento em que quase 200 municípios de Minas Gerais estão em estado de calamidade pública com a seca. Estou falando de vários municípios de Deputados presentes neste Plenário. Apesar disso, o Governador se permitiu ir fazer compras no Paraguai. E vejo, hoje, nos jornais, o Governador passeando no Rio de Janeiro. Dizia que não é minha intenção discutir suas escolhas pessoais, sua vida afetiva. Nenhum de nós tem nada a ver com isso. O que temos a ver é que existe uma hierarquia no relacionamento do Governador com seus auxiliares diretos. Parece-me que tem havido um desrespeito por parte do Governador em relação a essa questão.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Gostaria de dizer que estamos assistindo em Minas Gerais à educação servindo como cobaia a todo o momento. A educação não é a meta mais importante de qualquer lugar do mundo? Por que se fazer experiência na educação? Por que pegar a educação para fazer mudanças, para ver se vai dar certo. Não se faz isso com aquilo que é a base de qualquer cidadão. Dou certa razão ao Sr. Governador em relação a sua não-presença em nosso Estado. Posso falar de cabeça erguida porque sou de Juiz de Fora, terra do Sr. Governador, e seria muito simpático chegar aqui e fazer só elogios, só elogios, mas não.

Mas não. Sou um Deputado do Estado de Minas Gerais radicalmente contra esse Governo que vive perseguindo pessoas que querem trabalhar e que encontram portas fechadas. São pessoas que querem sustentar suas famílias. Acho, porque não sou dono da verdade, que o Governo não deve atrapalhar. Deve deixar as coisas caminharem. É melhor ver pessoas assaltarem para sustentar suas famílias? É claro que não. Então, digo a V. Exa. que sou um eterno admirador das posições apresentadas nesta Casa em defesa do cidadão mineiro. Já não basta o que temos sofrido com algumas atitudes inadequadas do Governo Federal? Ainda temos que agüentar a colocação desse muro à frente das pessoas que querem trabalhar? Isso não é justo. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Amílcar Martins\* - Agradeço o aparte do Deputado Alberto Bejani. Entrando de uma forma mais objetiva no mérito específico desse projeto, é preciso lembrar algumas questões. Somos muitos os Deputados diretamente envolvidos com a questão da educação em nosso Estado, alguns envolvidos com o 3º grau, ou seja, o ensino superior. Então, que não se diga que a Assembléia Legislativa não tem competência para discutir matéria dessa natureza. A Deputada Elbe Brandão também é professora universitária, e somos muitos os envolvidos e comprometidos com o ensino. Minha formação é de professor. Minha profissão de fê é de professor e educador. Essa, Sr. Presidente, foi a formação que tive em minha família.

Meu avô foi um dos fundadores da UFMG. Meu pai, por 60 anos, foi professor e dedicou sua vida ao ensino e à pesquisa em nosso Estado. Foi professor emérito da UFMG, assim como meus tios e vários de meus irmãos, que são professores universitários. Toda a minha orientação profissional foi voltada para essa questão do ensino superior. Fiz mestrado, doutorado e um concurso na UFMG. Hoje, sou professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas dessa Universidade. Sou professor, minha mulher também é professora da universidade, e temos um compromisso visceral com o ensino superior.

Agora, com tantos anos de experiência acumulada, não é possível que a nossa voz seja ignorada.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Obrigado, Deputado Amílcar Martins. Gostaria de alertar para uma discussão que tivemos agora, sobre a transferência da UEMG e da UNIMONTES, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Secretaria da Educação. Gostaria de chamar a atenção do Deputado Cristiano Canêdo, que é o autor dessa emenda, para um detalhe. Não se trata de uma simples transferência. O Deputado Sebastião Navarro Vieira levantou uma tese que ainda não tivemos tempo para estudar. Segundo essa tese, uma vez transferidas a UEMG e a UNIMONTES para a Secretaria da Educação, vamos perder a Emenda à Constituição nº 47, que vincula os 2% das receitas ordinárias correntes, pelo seguinte: a Constituição Federal exige os 25% aplicados no ensino fundamental. Alguns dizem que os 2% são específicos para a UEMG e para a UNIMONTES. Essa discussão é jurídica, e podemos, na verdade, estar inviabilizando.

Portanto, o que V. Exa. apresenta não é uma simples emenda, uma emenda de passagem. Ela pode tirar os recursos da UEMG e da UNIMONTES. Gostaria que V. Exa. aprofundasse nessa questão, pois é muito mais séria do que pensamos.

Estávamos refletindo sobre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Neste, 9% do ICMS arrecadado é destinado à USP, à UNESP e à UNICAMP; não é vinculado à Secretaria da Educação, porque há problema constitucional e jurídico.

Portanto, acho que sua emenda pode criar uma grande dificuldade ao avanço que tivemos com relação à destinação de recursos. Na verdade, pode ir por terra, porque é uma tese real, e o raciocínio tem que ser desenvolvido nessa direção, e não, simplesmente, fazer a passagem de uma Secretaria para a outra.

Isso pode nos parecer muito simples, mas, por causa de vinculação de recursos e por uma questão de ordem jurídica e constitucional, podemos inviabilizar definitivamente o fortalecimento da UNIMONTES e a implantação efetiva da UEMG. Portanto, o caso é mais complexo do que pensávamos. Muito obrigado.

O Deputado Amílcar Martins\* - Agradeço o aparte do Deputado Paulo Piau, um dos grandes especialistas no assunto. A Assembléia Legislativa tem o privilégio de contar, entre os seus Deputados, algumas pessoas com larga experiência em ensino superior. E um desses Deputados é o Paulo Piau. Conhecemos a sua sólida formação acadêmica, o seu preparo e empenho na discussão dessas questões, a sua luta em defesa da universidade pública de boa qualidade em Minas Gerais, aberta, sobretudo, aos jovens carentes do Estado. Portanto, a sua palavra deve ser escutada com carinho e atenção.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Meu aparte não adentra o mérito do assunto de que V. Exa. trata, mas julgo oportuno fazê-lo agora. V. Exa. falou da sua formação familiar e mencionou seu pai, o saudoso Prof. Amílcar Viana Martins, professor de Parasitologia da UFMG; tive o privilégio de ser seu aluno e quero prestar-lhe uma homenagem.

Na semana passada, estivemos na Fundação Ezequiel Dias, na condição de Presidente da Comissão de Saúde, representando a Assembléia Legislativa, num ato no qual a Organização Pan-Americana de Saúde e outros órgãos internacionais certificaram o Estado de Minas Gerais pela erradicação da transmissão vetorial da doença de Chagas.

O acontecimento foi da mais alta importância, e eu me emocionei, porque, quando era aluno do seu pai, éramos 60 milhões de brasileiros, 10% dos quais eram portadores dessa doença. Trata-se de uma doença grave, quase mortal, tem como prognóstico ataque ao tropismo pela enervação do sistema digestivo ou pelo coração.

No momento em que Minas Gerais recebia a certificação internacional da erradicação da doença de Chagas, eu não poderia deixar de citar o nome do pai de V. Exa., o saudoso Prof. Amílcar Viana Martins. Sabemos da luta denodada que travou em prol do combate a essa doença.

Na FUNED, tive a oportunidade de dizer que, afora Governos Estaduais, Federal, Ministros e Secretários da Saúde, devemos a erradicação da doença de Chagas ao Prof. Amílcar Viana Martins. Há dez anos, não há registro de novos casos em Minas. Os 600 mil existentes foram registrados antes disso. Devemos essa conquista aos pesquisadores da Secretaria da Saúde, da FUNASA, à comunidade científica, da qual o pai de V. Exa. fazia parte.

O Deputado Amílcar Martins - Deputado Marco Régis, agradeço emocionado o aparte de V. Exa. Sensibiliza-nos o reconhecimento do esforço não apenas de meu pai, mas também de uma comunidade de sanitaristas empenhada na defesa da população pobre de Minas Gerais.

Meu pai foi um pesquisador que se dedicou, sobretudo, às doenças da população pobre, tais como a esquistossomose, a leishmaniose, a malária e, de maneira especial, a doença de Chagas. Tenho clara a lembrança da sua dedicação e da certeza que tinha de que essas doenças que atacavam a população pobre do Brasil, mais que uma questão médica, eram um problema social. Faltavam moradias decentes. Por essa razão, foi perseguido pela ditadura militar.

A FUNED teve significado importante na vida de meu pai. Foi o primeiro local em que trabalhou, ainda estudante de Medicina, no início da década de 20, quando a Fundação era filial do Instituto Oswaldo Cruz e funcionava ao lado do Palácio da Liberdade, tal a importância que se dava à saúde à época.

Agradeço emocionado ao Deputado Marco Régis pelo aparte que faz jus à memória do meu pai.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte) - Foi-me dado o prazer de ser o relator, em 1º turno, do projeto da reforma administrativa da Secretaria da Educação, encaminhado a esta Casa pelo Governador.

Por iniciativa própria, incluí uma emenda segundo a qual a UEMG e a UNIMONTES sairiam da Secretaria de Ciência e Tecnologia e passariam para a Secretaria da Educação, uma vez que há 13 anos a UEMG está na Secretaria de Ciência e Tecnologia e não se expandiu. O papel da UEMG precisa ser repensado, e já existe uma comissão com esse objetivo na Assembléia.

A FAPEMIG continua na Secretaria de Ciência e Tecnologia não só com a finalidade de financiar projetos de pesquisas nas universidades do Estado, como também na Universidade Federal e em outras. Esse projeto foi aprovado em 1º turno, nas Comissões de Administração Pública e de Educação, e aprovado por unanimidade, em Plenário. Voltou, em 2º turno, à Comissão de Administração Pública, e a mim coube fazer o relatório. Numa reunião com as Secretarias de Administração e da Educação, ficou empatado - dois votos a favor e dois contra -, e foi desempatado pelo Presidente. Agora está no Plenário, para votação. Consultamos os Reitores das duas Universidades e o Secretário da Educação, e todos acharam bom para o crescimento da Universidade estar na Secretaria da Educação.

Estamos discutindo a reforma da Secretaria da Educação e queremos uma UEMG maior.

O interior clama por faculdades. Os grandes municípios mineiros, como Uberaba, Uberlândia e Juiz de Fora, já têm suas universidades federais. Mas a UEMG precisa ser repensada. Na Secretaria da Educação, teremos a oportunidade de crescer.

Quanto aos 2% do orçamento, estudamos a questão e concluímos que não há inconveniente; são para as autarquias. A Secretaria da Educação já gasta mais de 40% com a educação. Esses 2% não afetarão nem diminuirão os recursos da universidade, pelo contrário.

Solicitamos aos Deputados que estavam no Plenário mais cedo e ainda se encontram na Assembléia que venham para votar os projetos constantes na pauta.

O Deputado Amílcar Martins\* - Agradeço o aparte do Deputado Cristiano Canêdo. Independentemente de eventuais divergências a propósito da matéria a que V. Exa. se refere, não tenho dúvida sobre a pureza de propósito e sobre a independência de V. Exa. Tenho acompanhado sua trajetória de homem público e conheço seu caráter como servidor das coisas públicas do nosso Estado.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Deputado Amílcar Martins, a sua participação, como sempre, é brilhante. V. Exa., como poucos, conhece muito bem o Estado de Minas Gerais, os seus problemas e as suas necessidades.

Na conversa que tivemos anteriormente, firmamos um posicionamento com relação às Emendas nºs 2 e 3. A Emenda nº 2 refere-se aos contratos administrativos, assegurando a quem foi contratado os direitos inerentes a sua função. A pessoa que detém o título de professor e exerce a sua função administrativa na Secretaria da Educação ou na Superintendência Regional de Ensino habitua-se àquele trabalho, e o seu retorno à regência de classe fica complicado. Então, a Emenda nº 3 assegura a permanência desse professor na Secretaria ou na Superintendência até a sua aposentadoria. V. Exa. me disse que defenderia essa questão quando fosse oportuno. Estou apartando V. Exa. para lembrá-lo de que tivemos o mesmo posicionamento relativo a essas duas questões que muito interessam aos servidores que prestam serviço na Secretaria da Educação.

O Deputado Amílcar Martins\* - Agradeço o aparte do Deputado Sebastião Costa. Iria falar sobre esse assunto após a primeira discussão, a discussão relativa ao mérito da eventual transferência da UEMG e da UNIMONTES para a Secretaria da Educação. Mas, como percebo ansiedade por parte de algumas pessoas quanto a nossa manifestação a respeito das Emendas nºs 2 e 3, vou inverter o processo de discussão do projeto. Desde já, de maneira inequívoca, manifesto o nosso apoio, absolutamente consciente, claro, ao espírito das duas emendas, para fazer justiça aos servidores da educação.

Retomo a questão da eventual transferência, proposta pelo Deputado Cristiano Canêdo, da UEMG e da UNIMONTES para a Secretaria da Educação. Termino, portanto, a minha fala dizendo que retomarei a discussão, mostrando o equívoco em que incorre o Deputado Cristiano Canêdo, pois o lugar mais adequado, do ponto de vista técnico, para a UEMG e a UNIMONTES é a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Essa é a tradição no Brasil.

Sr. Presidente, infelizmente não temos quórum para a continuação dos trabalhos, mas retomarei o debate sobre o conteúdo desse projeto em momento oportuno. Muito obrigado.

#### Questão de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência, tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 24 Deputados, que, somados aos 13 que se encontram em reuniões de comissões, perfazem o total de 37 Deputados presentes, número suficiente para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras, telespectadores da TV Assembléia, gostaria de dizer que não estamos num processo de obstrução.

É interessante dizer isso, porque todos nós estamos empenhados em terminar este período legislativo e, portanto, encerrar este semestre da melhor maneira possível. Mais que isso, nem somos contrários ao projeto do Governador Itamar Franco, o qual reorganiza a Secretaria da Educação.

Isso é interessante, porque o que nos está impedindo de continuar o processo de votação nem consta do projeto do Governador. É uma emenda que esta Casa apresentou ao projeto, transferindo as atividades da UNIMONTES, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Secretaria da Educação.

Quero deixar claro que não existe processo de obstrução ao projeto do Governador. Por incrível que pareça, estamos debatendo algo criado nesta Casa, que foi a emenda do Deputado Cristiano Canêdo. Não sei se ele a colocou de uma maneira consciente ou se foi o próprio Governo que solicitou isso. E chego à conclusão de que, na verdade, foi um pedido do Governo, pelo empenho do Líder Antônio Andrade.

Queria dizer, Deputado Antônio Andrade, que não estou aqui por causa dos telespectadores da TV Assembléia, muito menos por esta galeria. V. Exa. tenha a certeza de que não faço brincadeira nem politicagem com o que se refere à educação e à ciência e tecnologia. Não estamos nesta tribuna, Deputado, para fazer firula, como muitas vezes acontece nesta Casa. Estamos aqui para defender, sim, os interesses maiores do povo do Estado de Minas Gerais. Portanto, gostaria que V. Exa. tivesse certeza disso quando nos referimos à educação e à ciência e tecnologia.

Quero fazer uma solicitação, antes de passar a palavra a V. Exa. Essa emenda não vai interferir absolutamente na vida da UEMG e da UNIMONTES. Acho que está havendo exacerbação, falta de diálogo e entendimento, porque a permanência dela por mais algum tempo não significa que o Governo esteja disposto a incentivar e avançar nos assuntos relativos à UEMG e à UNIMONTES.

Apelamos a V. Exa. para que possamos prosseguir. Queremos votar todas as matérias que constam na pauta. Hoje presido a Comissão de Educação, que tem de ter algum valor. Discutimos essa matéria com várias pessoas, ouvimos especialistas da área, consultamos pessoas de São Paulo e do Rio de Janeiro, para saber por que a USP, a UNESP, a UNICAMP, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro estão ligadas à ciência e à tecnologia. Não é por acaso. Há uma razão de ordem constitucional e legal, e podemos estar prejudicando os interesses da UEMG e da UNIMONTES.

Quero, então, fazer um apelo a V. Exa.: para que deixe essa emenda. Tenho um carinho muito especial pela presença da UEMG e da UNIMONTES na Secretaria da Educação, mas, ao fazer uma simples transposição, sem um projeto, sem um direcionamento, Deputado Antônio Andrade, esta Casa estará correndo o risco de cometer um grande equívoco no que diz respeito ao ensino superior do Estado de Minas Gerais.

Antes de entrar no mérito dessa questão, fica o nosso pedido, porque isso não vai interferir em nada. Vamos fazer um projeto específico. Vamos trazer a comunidade da UEMG e da UNIMONTES aqui, para discutir o assunto. Vamos trazer o Secretário da Educação, que aqui não esteve. Vamos trazer o Secretário de Ciência e Tecnologia. Vamos fazer o contraditório, para que esta Casa possa dar o voto consciente. É isso o que queremos e nada mais.

Faço um apelo a V. Exa., que tem se mostrado um Líder autêntico e competente: não votemos apodadamente; cada um, após a discussão, deverá votar conscientemente, para não incorrerem no risco de prejudicar o sistema. Este é o único apelo que fazemos. Não há nisso nenhuma questão de ordem político-partidária ou de oposição, tenha a certeza. Não podemos nos calar diante de algo que estamos vendo, que discutimos, e, de repente, na base do "acho", vamos transferir coisas, sem saber se isso dará certo. Concedo aparte a V. Exa.

O Deputado Antônio Andrade (em aparte) - Sr. Deputado, estranhei a forma como V. Exa. se dirige a mim. Não fiz nenhum comentário sobre o seu posicionamento a respeito da emenda que quer retornar a UEMG e a UNIMONTES à Secretaria de Ciência e de Tecnologia. A forma como V. Exa. colocou isso foi até um pouco agressiva. Estranhei como isso foi dirigido a mim, dizendo que V. Exa. estava apenas marcando posição de uma forma demagoga. Acho que esse projeto já está na Casa há mais de dois meses. Ele foi amplamente discutido nesta Casa. Ele já foi votado em 1º turno, quando a emenda de V. Exa. foi matéria vencida. Portanto, ela nem poderia ser acatada, mas, por pedido de V. Exa., ela foi aceita, e estamos rediscutindo. Vamos votar essa matéria, apesar de ela ter sido vencida. Então, V. Exa. está retardando o processo de votação, dizendo que estamos votando apressadamente. Seria apressado se votássemos o retorno da Universidade à Secretaria de Ciência e de Tecnologia. Isso não procede de forma nenhuma. A emenda à Constituição segundo a qual V. Exa. diz que não poderia ser repassado recurso já foi analisada. Portanto, qualquer recurso federal pode ser destinado à Universidade, dentro da Secretaria da Educação. Como toda universidade federal é vinculada ao Ministério da Educação, é mais lógico que a UEMG seja também vinculada à Secretaria da Educação, que trata da educação do Estado de Minas Gerais. Há um entendimento com os dois Reitores, tanto com o da UNIMONTES quanto com o da UEMG. Eles entendem que é benéfica a vinculação da UEMG à Secretaria da Educação. Portanto, a Secretaria da Educação seria mais viável, seria melhor para um desenvolvimento da UEMG, que existe há mais de dez anos e que não saiu do papel ainda. Nenhum dos Governos que nos antecederam deu qualquer desenvolvimento à UEMG.

Então, peço aos Deputados e a V. Exa. que entendam que o Governador quer avançar com a UEMG, quer dar oportunidade para os mais pobres terem acesso à universidade, para que ela não fique parada como se encontra até hoje, há mais de dez anos. Esse é o posicionamento do Governo, é o entendimento da maioria dos Deputados. Se os Deputados pensam que ela deve permanecer com a Ciência e Tecnologia, que votem por essa permanência; se acham que deve mudar para a Educação, como foi matéria vencida no 1º turno, que ela seja colocada em votação. Peço a V. Exa. que deixe que este parlamento vote de acordo com o que pensa e que não haja obstrução dos trabalhos, atrasando a votação. Há outras matérias de interesse também de Deputados. A galeria está esperando que elas sejam apreciadas. É isto o que pedimos: um entendimento seu, um entendimento de Governo. (- Palmas.) O parlamento vai julgar onde ela deve ficar.

O Deputado Paulo Piau - Agradeço as palavras do Deputado Antônio Andrade, mas quero dizer, Deputado, que a Oposição, nesta Casa, ajuda a melhorar os processos. A Oposição e os processos de obstrução têm, na verdade, contribuído para que esta Casa acerte mais. Portanto, este processo não é uma simples obstrução e um desrespeito à galeria que está aqui. Precisamos votar com consciência. Pedimos a paciência da galeria. Queremos, sim, votar o projeto, que é de interesse deles, mas não podemos, sob pressão, votar alguma coisa que, conscientemente, achamos estar errada. Portanto, esse é o nosso trabalho.

Com relação à matéria vencida, Deputado Antônio Andrade, houve um apelo, aliás, do Presidente da Casa aos Líderes para que votássemos o 1º turno, para avançar. Houve esse acerto e também um acordo com as mesmas pessoas, para que pudéssemos, sim, apresentar alterações no 2º turno. Portanto, se V. Exa. for observar, regimentalmente, é claro que não poderia ser apresentada essa matéria no 2º turno. Concordo com V. Exa., mas os acordos, nesta Casa, costumam ser cumpridos, e esperamos que eles continuem assim, para o bem deste parlamento.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Gostaria, meu nobre Deputado Paulo Piau, de apenas dizer ao nosso Líder - falo nosso pela consideração, mas sabemos que ele é o Líder no nosso Governo de Minas Gerais... É claro que é o nosso Governo, porque, se não quisesse isso, me mudaria de Minas Gerais. Mas estou aqui, e o nosso Governador chama-se Itamar Franco, embora tenhamos algumas coisas com as quais não concordamos.

Gostaria de dizer a V. Exa., com a permissão do nosso nobre Deputado, que é uma matéria muito polêmica. Já estamos no final do semestre, já estamos caminhando para o final do ano, por isso gostaria de lhe fazer um pedido. Já que temos matérias tão importantes a serem votadas, já que há pessoas nas galerias perdendo três, quatro dias de trabalho, aguardando para que sejam votadas essas matérias, o senhor, como homem inteligente, que tem como seu admirador um homem chamado Alberto Bejani, acho que o Governo teve uma felicidade muito grande ao escolhê-lo como Líder, acho que esta Casa nunca teve uma Liderança como essa, poderia, neste momento, tenho certeza de que o Deputado Paulo Piau vai lhe dar aparte, retirar essa emenda, para que possamos votar hoje à tarde as matérias pendentes. Não vamos querer, Deputado Paulo Piau, que essas pessoas percam mais um dia de trabalho, a não ser que a Assembléia faça a reposição do dinheiro que estão perdendo. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Fica o apelo reiterado, porque não há nenhuma questão de ordem maior nessa transferência açodada da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Secretaria da Educação. Que pudéssemos discutir essa matéria aqui. É a única coisa que estamos pedindo, para que a Casa acerte essa questão. Não estamos tratando de nenhuma questão de anualidade, não é nenhuma questão extemporânea, nenhuma questão de aproveitar recursos. Se fosse aproveitamento de recursos, o Governo estaria interessado em aplicá-los nas duas Universidades. Portanto, não é uma simples transferência que vai resolver o problema da UEMG e da UNIMONTES. Quero comungar com sua idéia, fazendo um apelo ao Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, para que possamos chegar a um acordo sobre essa matéria e votá-la.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Gostaria de colocar o posicionamento favorável não apenas meu, mas também da Bancada do PT em relação a esse projeto de lei. Evidentemente, vamos votar favoravelmente ao projeto. Espero que isso aconteça o mais rápido possível. Que hoje mesmo possamos resolver sua votação em 2º turno e, se possível, que se faça ainda hoje a redação final! Assim, poderemos terminar a discussão desse projeto, que interessa a muitas pessoas. Não há divergências maiores em relação ao conjunto do projeto. Entendo a preocupação de V. Exa. O Governador do Estado, apesar da aprovação de uma emenda à Constituição por esta Casa e de verba orçamentária garantida, que obriga o cumprimento e a aplicação de recursos na UEMG e na UNIMONTE, resolveu dar entrada a uma ação direta de inconstitucionalidade, tentando impedir que essa verba destinada viesse a se tornar uma realidade. Isso coloca todos nós com a pulga atrás da orelha. O que deseja o Governador, ao querer desvencilhar a UEMG e a UNIMONTES da Secretaria de



Ciência e Tecnologia, passando-as para a Secretaria de Educação? O que gostaríamos de ter é uma garantia de que não haverá interferência nisso, de preferência, que o Governador retirasse a ação de inconstitucionalidade, resolvendo aplicar nas duas universidades a verba constitucional. Se assim agisse, para nós tanto faria, poderíamos aprovar a ida imediata para a Secretaria de Educação, como deseja o Governo. Mas o que estamos questionando é a ação de inconstitucionalidade feita pelo Governo. Nenhum de nós concorda com isso.

É claro que esse projeto é importantíssimo, pois será feita a reorganização da Secretaria de Educação. Será recriada a Superintendência em Belo Horizonte, que nos tem feito falta, reorganizar-se-á o quadro da Secretaria, que é uma reivindicação dos servidores que hoje também nos visitam e que têm razão de estar cobrando que o projeto seja votado o mais rápido possível. Mas é preciso cobrar do Governo do Estado que aja da mesma forma em relação ao plano de carreira dos trabalhadores das escolas. O Governador assumiu esse compromisso em sua campanha. Na greve do ano passado, reiterou o compromisso de fazer o plano de carreira através de lei delegada. Nós delegamos ao Governador poderes para elaborar esse plano de carreira, mas, infelizmente, ele não o fez através de lei delegada, e o Governo perdeu o prazo para enviar o projeto de lei à Assembléia. Com base nisso, apresentei o projeto de lei do qual V. Exa. é o relator na Comissão de Educação, exigindo que se organize também o quadro dos trabalhadores da educação através do plano de carreira, principalmente porque, com o reajuste diferenciado concedido no ano passado, os professores e trabalhadores mais antigos ficaram prejudicados. Somente o plano de carreira poderá resolver esse problema.

Aproveite a oportunidade para cobrar do Líder do Governo que solicite ao Governador que, após a aprovação da reorganização da Secretaria da Educação, agora ou o mais rápido possível, mande também um projeto - ou dê o seu aval - para estabelecer um plano de carreira para os demais trabalhadores da educação. Parabênico V. Exa. e entendo suas preocupações, mas acho que devemos agilizar nossos trabalhos e votar, se possível ainda hoje, em 2º turno e em redação final, esse projeto de lei. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Agradeço as palavras do Deputado Rogério Correia. Não gostaria de entrar em assuntos político-partidários, mas o argumento do Deputado Antônio Andrade cai por terra, uma vez que existe no Supremo Tribunal Federal uma ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo Governo, para que os 2% orçamentários não sejam aplicados na UEMG nem na UNIMONTES. Não quero dizer que o Governo tenha feito isso para prejudicar os universitários, mas talvez haja uma dúvida jurídica a esse respeito e tudo isso está pendente. Portanto, com qualquer decisão que tomarmos agora em relação à UEMG ou à UNIMONTES, estaremos mais propensos a cometer mais erros do que acertos.

Então, Sr. Presidente, não gostaria de me alongar muito e sugiro a V. Exa. que promova uma reunião entre os Líderes dos partidos nesta Casa, para que cheguemos a uma conclusão sobre essa questão específica. Se eu estiver errado, estou disposto a dar um passo atrás. Mas quero ser convencido disso, sob pena de não cumprir minha obrigação como representante do povo do Estado de Minas Gerais. Acho que esse assunto é muito importante e não pode ser votado açodadamente, e essa conversa entre as Lideranças é necessária, já que o projeto do Governador é o primeiro da pauta. É claro que, se não houver acordo, vamos usar os recursos que tivermos, não para obstruir, mas para cumprir nosso dever de cidadão investido da responsabilidade de defender os interesses do povo do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Antônio Andrade (em parte) - O Deputado Alberto Bejani, do seu partido, solicitou a V. Exa. a retirada dessa emenda. V. Exa. concordou.

O Deputado Paulo Piau - Não, o Deputado Alberto Bejani pediu a V. Exa., Líder do Governo, que chegasse a esse acordo.

O Deputado Antônio Andrade(em aparte) - A emenda está sendo destacada.

O Deputado Paulo Piau - V. Exa. não entendeu. O apelo foi a V. Exa., e não a mim.

O Deputado Antônio Andrade (em aparte) - Ele pediu para destacar a Emenda nº 1 e retirá-la. Ela está destacada e pode ser rejeitada. Então, ele lhe pediu que retirasse essa emenda.

O Deputado Paulo Piau - Não, V. Exa. não entendeu. Ele se referiu ao posicionamento de V. Exa. É muito mais simples mantermos o "statu quo" do que avançar sem consciência.

O Deputado Antônio Andrade (em aparte) - A transferência da universidade para a Secretaria da Educação é matéria vencida. Já foi votada em 1º turno, e não há como retirá-la. A emenda que faz a universidade retomar da Educação para a Ciência e Tecnologia é que está destacada, para ser derrotada.

O Deputado Paulo Piau - A forma regimental, Deputado Antônio Andrade, não interessa. O que mais nos interessa é que não façamos nada enquanto tivermos essa indefinição entre a UEMG e UNIMONTES, inclusive sobre os recursos financeiros que o Governo insiste em não disponibilizar para as duas faculdades, e que não avançássemos nessa direção, porque se não houver decisão política de Governo de fortalecer a UNIMONTES e implantar a UEMG, o assunto pode até estar no gabinete do Governador que não resolve, Deputado Antônio Andrade. Estaremos brincando de ser Deputados Estaduais, e não é essa a missão que nos foi confiada.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Apenas quero contribuir para a busca desse entendimento. Quando se votou o texto original, ficou acertado que haveria uma audiência pública no 2º turno a fim de que se encontrasse uma forma regimental para solucionar o impasse.

Isso é apenas para esclarecer que ninguém votou em 1º turno querendo a transferência. Votou-se para a desobstrução de pauta. No 2º turno, havendo conveniência, poderíamos fazer modificações e uma avaliação técnica mais profunda. Foi isso que se colocou aqui.

Outra questão é que V. Exa. e eu, em que pese à nossa divergência com relação à UEMG e à UNIMONTES, somos pelo menos da reunião de bancada e em conversa entre companheiros, as Emendas nºs 2 e 3 interessam diretamente aos servidores. Sobre essas, somos inteiramente favoráveis - eu e V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Andrade (em aparte) - Já acertamos que a Emenda nº 3 será aprovada. A única discussão é com relação à Emenda nº 1, matéria votada em 1º turno, quando a UEMG voltará à Ciência e Tecnologia.

A posição do Governo e de alguns Deputados, por isso foi votado em 1º turno, é de que a educação deve ser tratada pela Secretaria da Educação, até porque ela já tem uma prioridade em todos os municípios - tem uma rede física já instalada em todos os municípios do Estado. Então, qualquer expansão da universidade pública do Estado de Minas Gerais fica facilitada com a rede física.

Vou contar uma história a V. Exa. Há dois anos, num curso de férias ministrado pela UEMG e pago pela Secretaria da Educação, houve um impasse entre esses dois órgãos sobre o prosseguimento do curso. Tive que intermediar a conversa entre o Reitor Boson e o Secretário da Educação. E só na última hora é que foi acertado.

Se a UEMG já estivesse na Secretaria da Educação, não teria essa discussão. A coisa seria mais natural. Quem sai ganhando com a transferência da UEMG para a Secretaria da Educação, que é o órgão que tem que cuidar da educação no Estado, são os professores e os alunos que precisam da Universidade.

O Deputado Paulo Piau - Gostaria de agradecer os apartes dos Deputados. Quero dizer que essa história do acordo feito - e quero até relembra-lo de que, quando votávamos aqui a função pública, em atenção ao pedido do Presidente desta Casa de que não nos ausentássemos deste Plenário, ficamos mais de 1 hora atrasados para a audiência pública em que se discutiu o problema da UEMG. Então, atendendo a um pedido do Presidente, sobre o qual houve posteriormente um acordo, é que votamos o primeiro turno.

O Deputado Sebastião Costa tem toda a razão - a audiência pública foi realizada após a votação em 1º turno. Então, a votação em 1º turno não significa que os Deputados deram ali o seu aval para a transferência. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Ficou nosso compromisso moral de que valeria a audiência pública, traríamos a posição da secretaria com a posição da Comissão de Educação para que os Deputados pudessem votar com consciência. Esse é o fato real que aconteceu.

Com relação à colocação de V. Exa. de que a universidade não saiu do papel, é um fato.

A UEMG poderia estar em melhores condições hoje. Houve avanços, porque, se não fosse a UEMG estar dando cobertura às faculdades do interior, elas não estariam na posição que estão. Exemplo disso é o Curso de Agronomia da Faculdade de Ituiutaba, que tirou conceito "A" no provão. Não podemos dizer que não houve avanço. O que faltou foi determinação política dos Governos desde a criação da Universidade em 1989, mas não me refiro, absolutamente, somente ao atual. Faltam recursos financeiros.

O Deputado Luiz Tadeu Leite consultou o Reitor da UNIMONTES, e ele disse que prefere ir para a educação, mas talvez não esteja ciente do risco que se corre de perder a vinculação dos 2% a que se refere a Emenda nº 47.

Deputado Antônio Andrade, acabamos de conversar por telefone com São Paulo, para saber qual a razão da vinculação da USP, UNESP e UNICAMP à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Informaram-nos que a razão é financeira: 9% dos recursos do ICMS de São Paulo são destinados às três universidades do Estado. Há, portanto, questões de ordem constitucional, legal e jurídica, conforme detectou a Bancada do PFL.

Nosso apelo é para que não corramos riscos na transposição. Serei o primeiro a assinar o projeto de transposição, caso seja convencido de que não há nenhum risco para a UEMG. A bancada norte-mineira, que tanto preza a UNIMONTES, precisa lembrar-se de que recursos financeiros são fundamentais para o desenvolvimento da região. Minas é o 13º Estado da Federação em termos de aplicação de recursos financeiros. Até o Piauí e o Ceará investem mais em suas universidades.

O que nos traz à tribuna nada mais é que o cuidado para não errarmos. Por isso, apelo à V. Exa. para que aguardemos as decisões relativas à Emenda nº 47, ao Orçamento 2001 e à LDO. O PT apresentou cinco emendas, colocando na LDO os 2% que estão na Constituição.

Enquanto o Governador não retira a ação direta de inconstitucionalidade no STF para que os recursos sejam enviados para as duas universidades, vamos manter as coisas como estão. Não corramos risco de errar. Tenho medo das ações descoordenadas, sem projetos e sem visão maior da intenção da transferência.

Apelo ao Deputado Antônio Andrade, que tem nos compreendido desde o primeiro momento, para que não façamos jogo politicopartidário neste momento. Queremos votar a pauta, mas precisamos ter cuidado neste particular.

#### Questão de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, solicitamos que suspenda a reunião por alguns minutos, para que os Líderes se reúnam e façam um acordo. Não podemos errar. Esta Assembléia é a nossa Casa, e temos de zelar por seu nome.

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - A Presidência informa ao Deputado Paulo Piau que, assim que encerrarmos a discussão do projeto, será possível atender ao seu pedido. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Luiz Tadeu Leite.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas primeiras palavras são em homenagem à cidade de Montes Claros, que hoje comemora 144 anos de emancipação político-administrativa. Como Deputado majoritário e como Prefeito por duas vezes daquela cidade, tenho o dever e a alegria de homenagear o povo de Montes Claros, em que pese ao sofrimento desse povo pela falta de uma administração mais voltada para os interesses da comunidade, muito mal administrada por um Prefeito omissivo, que não tem obras para inaugurar hoje, que não tem nada para comemorar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa conta hoje com a presença de servidores e de designados da Secretaria da Educação que vieram acompanhar a apreciação do Projeto de Lei nº 1.431, do Governador do Estado, que modifica a estrutura administrativa dessa Secretaria.

Também estão presentes pessoas ligadas ao setor dos bingos, especialmente funcionários interessados na apreciação de um projeto do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Nossa postura em relação aos bingos é realista e favorável, porque não podem ser discriminados da maneira como alguns segmentos, infelizmente, querem fazê-lo. Na verdade, produzem empregos e impostos para a população e o Governo. Por isso, os bingos têm de ser entendidos como uma atividade comercial qualquer.

Em relação ao Projeto de Lei nº 1.431/2001, que reestrutura a Secretaria da Educação, é pacífica a apreciação desta Casa. O que é polêmico é a emenda da comissão temática, a qual transfere a UEMG e a UNIMONTES da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a da Educação. Esse é o ponto em que divergem os pares desta Casa. Porém, analisando o projeto com profundidade, concluímos pela necessidade de que essa transferência ocorra o mais rápido possível.

Sou oriundo da UNIMONTES. Lá, fui funcionário administrativo, aluno das Faculdades de Economia e Direito, formando-me em 1988, e professor até 1992. Sou professor licenciado da UNIMONTES. Por essas razões, conhecemos a estrutura dessa universidade. Não dá para compreender por que as universidades mineiras, em vez de estarem desde o início vinculadas à Secretaria da Educação, foram incrustadas na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Dir-se-á que seria por razões de desenvolvimento de pesquisas científicas. Dir-se-á que seria porque as universidades têm um caráter de funcionamento mais efetivo na área da tecnologia. Mas não é essa a verdade. A UEMG e a UNIMONTES são destinadas precipuamente à produção do ensino de nível superior, ao favorecimento, ao aperfeiçoamento dos métodos educativos pedagógicos. É, portanto, uma atividade educacional. Não há razão, pelo menos em Minas Gerais, de as universidades serem vinculadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Esse equívoco histórico, talvez há muito tempo perpetrado, vem se mantendo de forma canhestra, que não condiz com a realidade das duas universidades. Posso falar pela UNIMONTES, pelos vínculos que expus. A UEMG, criada há poucos anos, poderia, em seu intuito educativo, estar na Secretaria da Educação.

A pesquisa do avanço tecnológico deve estar em outro setor do Estado, porque, seguramente, não é o principal papel dessas universidades. Com muitas dificuldades, com poucas verbas, tanto que esta Casa aprovou projeto de verba de 2% para a UNIMONTES e para a UEMG, elas procuram desenvolver o ensino em suas regiões.

Hoje, em boa hora, essa emenda vem consertar esse equívoco histórico. A primeira razão pela qual temos que pugnar pela efetiva presença das universidades estaduais na Secretaria da Educação é que a primeira finalidade delas é educação, não é ciência nem tecnologia. A outra razão, fazendo uma comparação com o Governo Federal, é que as universidades federais não são ligadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e sim ao da Educação. Se para o Governo Federal vale o argumento de que as universidades federais são do Ministério da Educação, "mutatis mutandis", guardadas as devidas proporções no Estado, a lógica é que as universidades estaduais também pertençam à Secretaria da Educação.

A terceira razão é que respeitamos demais a Secretaria de Ciência e Tecnologia. É um segmento importantíssimo em nosso Estado, mas tem que ser falado aqui que a Secretaria da Educação tem mais estrutura, mais verba, mais possibilidade de negociação com o Governo e mais guarida para as universidades. Poderia até dizer mais, sem medo de errar: a estrutura das duas universidades deve ser muito maior que a da própria Secretaria com todo o seu pessoal. Portanto, a Secretaria da Educação é o lugar ideal para receber as duas universidades e dar maior apoio a ambas.

Concordo com os Deputados que me antecederam: em hipótese alguma admitiremos que uma emenda como essa cause prejuízo financeiro a essas universidades. Evidentemente, as verbas destinadas à UEMG e à UNIMONTES chegarão a elas onde quer que estejam. Se isso não for possível com a legislação atual, ela deverá ser modificada por um outro projeto de lei que poderá tramitar nesta Casa, porque imaginamos o fortalecimento da universidade. Mas duvido muito de que a diretoria da UNIMONTES, já apostando que ela virá para a Secretaria da Educação, não tenha levado em conta esse aspecto, porque jamais imaginamos que o Reitor pense numa transferência como essa, perdendo as verbas constitucionais que garantimos nesta Casa. O Governador Itamar Franco, no fundo, deseja, concretamente, viabilizar esse apoio para as duas universidades.

Trago também no bojo desse projeto a preocupação com o concurso público que está com inscrições abertas, oferecendo vagas também para a Secretaria da Educação. Esse concurso é o complemento prático das reformas administrativas que estão insculpidas no projeto que ora tramita nesta Casa.

O concurso público é um avanço, é um ato de coragem. Desde 1994 não se faz concurso na área da educação em Minas Gerais, porque os Governos, com intenção política, preferiram fazer designações, contratos administrativos sem concurso.

Vem o Governador Itamar Franco, com seriedade e coragem, e faz o que determina a lei: o concurso público. Somos a favor de que se realize esse concurso, que é o maior concurso público da história de Minas Gerais.

Porém, temos algumas preocupações, que recentemente levamos à Secretaria da Educação e para as quais estamos aguardando respostas. Em primeiro lugar, há a questão das serviços, que são aquelas pessoas humildes, muitas das quais analfabetas. Mas não me consta que, para ser servicial, a pessoa tenha de saber ler e escrever, tenha de ser competente em matemática ou nas regras do português, para passar em uma prova. Para ser um bom servicial, é preciso que a pessoa saiba fazer direito o seu trabalho, limpar as repartições da escola e os sanitários, fazer uma boa refeição para as crianças. Esse é o serviço que se espera deles. De repente, essas senhoras, já com as mãos calejadas por tantas dificuldades da vida, pelas dificuldades de pegar em um rodo ou uma vassoura - embora dura, essa é a verdade, e ela tem de ser dita -, com 10, 15 ou 20 anos de serviço, vão pegar em um lápis para fazer uma prova de aritmética e de português. Mesmo que a prova seja elementar, é preciso que se ensine a essas senhoras como pegar em um lápis ou uma caneta, porque não se prepararam para isso em toda a sua vida. Então, deveria haver uma forma de se evitar essa prova.

Outra preocupação é quanto aos funcionários das Superintendências Regionais de Ensino e do órgão central da Secretaria. Na busca de fazer a coisa correta, a Secretaria da Educação abriu concurso para todas as áreas, inclusive para preencher vagas que vêm sendo preenchidas por designações e contratações, nas superintendências e no órgão central. Se analisarmos direito, veremos que nas superintendências abrigam funcionários que foram treinados ao longo do tempo; de modo geral, funcionários da melhor qualidade. Nas três superintendências em que tenho maior atuação e conheço os funcionários - as regionais de Montes Claros, de Pirapora e Almenara -, posso dizer que, ao longo do tempo, eles foram se adaptando às funções na área da administração pública, foram se especializando em folha de pagamento, etc. Então, um concurso como esse, feito em condições de igualdade com todos os demais funcionários, poderá afugentar pessoas competentes, que não terão chance de passar, porque estarão competindo em igualdade de condições com os mais altos profissionais, neste momento de grave desemprego por que passa o País. E não se pode nem mesmo impedir que profissionais de outros Estados da Federação venham para Minas Gerais fazer o concurso e ocupar essas vagas. Com isso, funcionários capazes e zelosos, mas que às vezes não tiveram tempo de frequentar cursos específicos, podem acabar perdendo as suas vagas.

Então, o apelo que fazemos é para que o Secretário da Educação, Prof. Murílio de Avelar Hingel, que está prestando inestimável serviço à educação em nosso Estado, administrando com grande capacidade a Pasta, reveja estes dois aspectos: o das serviços e o dos servidores das superintendências e do órgão central da Secretaria. Que lhes seja dada uma oportunidade e, suspendendo esse concurso, possa estudar melhor a possibilidade de um trabalho nesta Casa.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Piau, que pacientemente aguarda a chance de se pronunciar.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Agradeço o aparte, parabenizando-o pelas colocações, sobretudo no que se refere à reforma proposta pelo Governo com relação à reorganização da Secretaria da Educação e da preocupação com o concurso - preocupação esta que deve ser de todos nós. Nisso, gostaria de acrescentar um ingrediente, Deputado: as contratadas e as designadas. Há pessoas ali com 10, 15, 20 anos de serviço.

Em São Sebastião do Paraíso temos o exemplo de uma professora com 25 anos de trabalho efetivo no Estado, e todo ano o seu contrato de trabalho é renovado. Se ela serviu para ficar 25 anos dando aulas no Estado, como será descartada sem nenhum direito, sem nenhuma regalia, se evidentemente já passou toda a sua vida produtiva ali?

Portanto, a mesma preocupação que V. Exa. tem com as serviços, com relação à exigência do concurso, temos em relação às contratadas e designadas, embora estejamos de acordo com a realização do concurso, porque é constitucional e legal.

Porém, com relação à primeira parte do pronunciamento de V. Exa., gostaria de dizer que nunca subimos a esta tribuna, nunca nos manifestamos contrários à passagem da UEMG e da UNIMONTES para a Secretaria da Educação.

Estamos querendo discutir e aprofundar essa questão e trazer as pessoas que podem debater este assunto para darmos um passo seguro e votar conscientemente. Não sei se estamos pedindo demais. Se chegarmos a votar "sim" ou "não", alguém vai ganhar, pela passagem ou não, mas será que estamos conscientemente preparados para votar uma matéria de tamanha importância para o Estado de Minas Gerais?

A única diferença no nosso discurso é esta. Acredito que pouca gente defenderia, desde que não houvesse prejuízo, a permanência na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Portanto, um projeto dessa natureza pode correr nesta Casa com velocidade. Com uma semana, um projeto pode vir a esta Casa e ser aprovado. Portanto, não é questão de tempo. A nossa defesa é para que possamos discutir a matéria, que é muito importante, sem correr riscos.

A principal função de uma universidade é o ensino. Uma universidade sem pesquisa e sem extensão é morta; vira fábrica de diplomas. Não queremos fábrica de diplomas. Toda universidade, seja pública, seja privada, que não realiza pesquisa nem extensão está fadada ao insucesso, porque não haverá crescimento.

Perguntamos por que, no Estado de São Paulo, a USP, a UNESP e a UNICAMP estão vinculadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia e há vinculação dos 9% de ICMS. V. Exa. disse que lá a situação é outra.

Mas não sabemos se as situações são diferentes, ou se é uma questão maior da Constituição Federal. Esta é uma dúvida que me deixa sem condições de votar, sob pena de estar votando no escuro e cometendo algum equívoco.

Concordo com as colocações de V. Exa., menos em que estejamos preparados para votar essa matéria.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Deputado Paulo Piau, sabemos que a pesquisa e a tecnologia são essenciais à universidade. Até achamos que a UNIMONTES está-se dedicando a pesquisa científica. Mas não podemos achar que essa é a principal finalidade da universidade.

Não é a principal. Não sei se, em São Paulo, é, mas, em Minas, não é. Temos uma universidade plantada no Norte de Minas, que cresce para o Jequitinhonha. O Governador Itamar Franco instalou a UNIMONTES em Almenara. Esse foi um grande avanço para o ensino superior no vale do Jequitinhonha. Outras cidades, como Minas Novas, Capelinha, Turmalina, desejam receber a UNIMONTES. Essa universidade sertaneja, cabocla, universidade de pé no chão é para prestar o inestimável serviço do ensino superior de qualidade com eficiência, como queremos que a UNIMONTES seja. Por isso o lugar dela é na Pasta da Educação.

Na verdade, podemos dizer que a emenda já está aprovada por esta Casa. É até matéria vencida. O que V. Exa. está fazendo é quase um apelo para que se suspenda a apreciação.

Mas vamos aprovar esse projeto e nos comprometemos a elaborar um projeto de lei com a mesma celeridade que aventa V. Exa., para consertar alguma coisa que, porventura, venha a acontecer em consequência dessa mudança. Mas essa mudança é uma grande aspiração do corpo universitário, do corpo direcional da UNIMONTES e, tenho certeza, da UEMG também, porque a Pasta da Educação é o lugar do ensino de nível superior das duas universidades. Pois não, Deputado Álvaro Antônio.

O Deputado Álvaro Antônio\* - Deputado Luiz Tadeu Leite, estou ouvindo com atenção o pronunciamento de V. Exa., que traz ponderações sensatas, resultado da vivência política: duas vezes Prefeito de Montes Claros, Deputado Federal, Deputado Estadual.

Em sua análise, parece que V. Exa. aceita a Emenda nº 3, que concede uma garantia àqueles funcionários que estão trabalhando não só na Secretaria da Educação, como também nas diversas Superintendências do nosso Estado. V. Exa. há de convir que essa emenda - aliás, foi até uma sugestão minha à Comissão de Educação desta Casa - vai corrigir uma anomalia que acompanha aqueles servidores, que não têm a garantia de ficar sediados nas Superintendências ou na Secretaria da Educação.

Mas V. Exa. mostra, também, preocupação com o concurso público, a coragem do Governador em executar, talvez, um dos maiores concursos públicos do País, com o objetivo de

dar estabilidade aos funcionários mais humildes da Secretaria da Educação; muitos deles desempenham as funções de serviços há mais de 20 anos. Isso, naturalmente, será coibido, e esta Casa estará atenta a uma certa garantia para esses funcionários.

Com relação ao problema de a UEMG e a UNIMONTES irem para a Secretaria da Educação, acho que não há problema algum, porque o que foi votado nesta Casa é uma dotação orçamentária carimbada para ambas. Acho que o Deputado Paulo Piau não precisa temer que a UEMG ou a UNIMONTES sejam prejudicadas.

Aproveitando o aparte, quero cumprimentar o Deputado Alencar da Silveira Júnior pela iniciativa do projeto que regulamenta os bingos em Minas Gerais, assegurando ao Estado uma arrecadação por meio dessa regulamentação e garantindo o trabalho de milhares de pessoas nessa área.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Concordo com V. Exa.: a Emenda nº 3 corrige uma injustiça, porque os professores que estão em desvio de função - esse é o nome técnico - não o estão por vontade própria. Por um lado, certamente, quiseram, mas, por outro, a autoridade de então achou melhor que saíssem, por exemplo, da sala de aula e fossem prestar um serviço administrativo. Se estão prestando esse serviço e nele permanecem, é porque são competentes, senão teriam voltado para a sala de aula. E, se estão em desvio de função por vontade do chefe, é claro que não podem ser prejudicados. Foi de grande sensibilidade a emenda de V. Exa., ao garantir que essas pessoas possam ficar até a aposentadoria, sem ser prejudicadas.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Deputado Luiz Tadeu Leite, quero cumprimentá-lo pela fala e pela grande liderança no Norte de Minas e no Jequitinhonha, como Prefeito de Montes Claros por duas vezes, como Deputado Federal e, hoje, como grande representante do Norte de Minas nesta Casa.

Fazemos, também, um apelo ao Secretário Murílio Hingel: analise a possibilidade de adiar esse concurso, a fim de que os funcionários da educação não sejam prejudicados.

Sabemos que são pessoas idôneas, lutaram muito por essa causa, que é promissora. São pessoas que temos de prestigiar; devem ganhar pontos nesse concurso. Acho que essas pessoas não podem, Deputado Tadeu Leite, ser prejudicadas: já deram a vida pela educação, pelos nossos filhos. Então, realmente, devem continuar a trabalhar pela educação e pelo Estado. Parabéns e muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Agradeço a V. Exa.; estou ouvindo atentamente o pronunciamento do ilustre ex-Secretário, nosso Vice-Líder nesta Casa, que tem prestado relevantes serviços a Minas Gerais.

Quanto ao projeto em discussão, o 1.431, devo dizer a V. Exa. que tive o prazer de apreciá-lo e de ser seu relator. Inicialmente, apresentamos a Emenda nº 2, assegurando todos os direitos e vantagens aos servidores designados que, até a data, encontravam-se injustiçados pelo próprio Estado. Corrigimos, sim, uma falha de longos anos, com a apresentação da Emenda nº 2, garantindo, constitucional e legalmente, amparo a todos os servidores da área da educação.

Posteriormente, com muito carinho, examinei a Emenda nº 3, do ilustre Deputado Álvaro Antônio, e cheguei à conclusão de que poderíamos inseri-la no relatório, garantindo a todos os servidores a permanência na Secretaria, na Superintendência, até sua aposentadoria.

Isso, acima de tudo, faz parte do relatório. Devo dizer ainda mais a V. Exa.: o edital do concurso que está prestes a ser realizado tem, sem dúvida alguma, trazido a este Deputado e a todos nós noites maldormidas. Tenho, ilustre Deputado, perdido sono pelo que tenho ouvido das serviços com 10, 15, 20 anos de trabalho. São pessoas analfabetas, sabem exclusivamente preparar a merenda e matar a fome dos alunos; são aquelas serviços que permaneceram em cozinhas, em faxinas. Agora, estão disputando um cargo em igualdade de condições com as outras. O que não podemos fazer, como membro da Comissão de Educação, é deixar que ocorram flagrantes injustiças.

Além das serviços, ilustre Deputado, deparei, "data maxima venia", com uma falha no edital. Já apresentamos ao Secretário - e a Comissão já aprovou - um requerimento, pedindo seja reavaliada a exigência de escolaridade mínima para os cargos de Auxiliar de Educação, Auxiliar de Secretaria 2 e Técnico de Educação. Existe uma grande divergência nesse sentido. Vou reproduzi-lo rapidamente para todos os interessados: "Significa dizer que uma pessoa com formação técnica na área de instrumentação cirúrgica, por exemplo, poderá participar do concurso para Auxiliar de Educação, e aquele que tem o curso colegial não estará habilitado ao mesmo concurso. Ocorre que, apesar dessa exigência direcionada, hoje o Estado não oferece mais esses cursos profissionalizantes, não existindo, inclusive, o curso para formação em Técnico de Educação."

Então, além da preocupação de V. Exa. com as serviços, além da preocupação em garantir, por meio das Emendas nºs 2 e 3, que iremos votar, precisamos informar o Secretário, que sempre teve sensibilidade, sobre as serviços e sobre os questionamentos que estão sendo feitos. Temos que fazer isso por obrigação e temos a certeza absoluta de que a lei pode ser, acima de tudo, legal, constitucional, harmônica, quando atende ambas as partes. Este é o momento de resgatar todas as sementeiras da educação de Minas Gerais. São esses os nossos questionamentos.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Vamos encerrar, pedindo a aprovação do Projeto de Lei nº 1.431, porque regulamenta as preocupações que trouxemos em relação ao pessoal serviço e ao pessoal das superintendências regionais de ensino de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

#### Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Gostaria apenas de lembrar a V. Exa. o acordo que fizemos, de conversar com o Líder do Governo para que pudéssemos chegar a uma conclusão a respeito dessa matéria específica, ou seja, a transferência das duas Universidades.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer aos funcionários dos bingos que estão nos visitando hoje que, na parte da tarde, estaremos votando e aprovando esse projeto, porque acho que há consenso na Casa em relação a ele. Esse projeto vai estadualizar, vai dar arrecadação, vai garantir o emprego dos senhores que nos visitam hoje e, acima de tudo, vai acompanhar o destino do jogo em todo o Brasil. Acho que o jogo é pouco discutido nesta Casa. Temos de discuti-lo mais, pois está no sangue do brasileiro. O jogo clandestino atende a poucos. Tenho certeza de que uma grande discussão nesta Casa será importante, com o apoio de V. Exa., que sempre deu toda a abertura para discutir e alinhar um grande projeto nestes novos tempos. Quero agradecer a presença de todos. Nosso objetivo foi conquistado. Vamos deixar as faixas até a parte da tarde. Uma grande maioria trabalha na parte da tarde, por isso muitos vão estar ausentes, mas tenham a certeza de que essa luta é nossa, é desta Casa, é de quem acredita na seriedade, na arrecadação maior e no enriquecimento deste Estado. Lembramos aos senhores que a estadualização também dará uma segurança ao próprio apostador, pois haverá maior fiscalização. Tenho a certeza de que a seriedade vai reinar. Lembro ainda que o que aconteceu, na semana passada, na Caixa Econômica Federal, no Ministério Público e na Polícia Federal foi mais um "round" na briga entre Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco. Só aqui aconteceram essas apreensões, essas batidas. Tenho certeza de que aqui as liminares não foram conseguidas pelos bingos que estão funcionando hoje. Mas foram a Brasília, porque a justiça é soberana, sabe a hora certa de julgar. Os bingos estão reabertos, mas, para segurança maior, esta Casa tem de aprovar um projeto desta natureza e, acima de tudo, continuar o jogo em Minas Gerais. O jogo existe, mas o jogo às margens da sociedade atende a poucos. Muito obrigado, Sr. Presidente, por nos dar a condição de, mesmo antes do recesso, colocar esse projeto em pauta. Agradeço todos os Deputados, todas as Lideranças e todos aqueles que concordaram que esse projeto viesse à discussão, em 1º turno, no final de uma sessão legislativa.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para votação e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

Às quinze horas do dia dezoito de junho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Ailton Vilela, Ambrósio Pinto e Pinduca Ferreira. Havendo número regimental e estando presentes os Deputados Márcio Kangussu e Ermano Batista, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ambrósio Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e inscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina, em caráter de audiência pública, a discutir os principais problemas que afligem os municípios integrantes da AMEJE. Em seguida, o Presidente registra a presença dos seguintes convidados: Srs. Edmar Antônio Godinho Pimenta, Diretor-Geral da CODEVALE; Maria de Fátima Rodrigues, Diretora de Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental da SEPLAN; Marcos Lemos, Presidente da AMAJE; Edson Figueiró, Presidente da AMEJE; Teófilo Barbosa Neto, Presidente da AMUC; José Edmar Cordeiro, Manoel Rodrigues Santos, José Alves de Oliveira, Cláudio Coelho, Valdir Meireles de Oliveira, Heitel Roberto, Antônio Marcos Nedir e Edailton Antônio Pimenta, respectivamente, Prefeitos Municipais de Setubinha, Chapada do Norte, Itaobim, Berilo, Comercinho, Itinga, Novo Cruzeiro e Angelândia; João Nelson Pinto e Laécio Neves, respectivamente, Presidente da Câmara Municipal e Vereador por Berilo; José Viana Alves, Vereador por Itinga; Lídio Gonçalves, Assessor do Prefeito Municipal de Ponto dos Volantes, e Adriana Oliveira, Secretária Executiva da AMEJE. Em seguida, é designado o Deputado Ailton Vilela para relatar o Projeto de Lei nº 805/2000, em 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Ailton Vilela procede à leitura do parecer sobre o Projeto de Resolução nº 754/99, o qual conclui por sua aprovação na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Deputado Dimas Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta audiência pública, tece os comentários iniciais. Em seguida, passa a palavra à Dra. Maria de Fátima Rodrigues, Diretora de Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental da SEPLAN, a qual discorre sobre o assunto e se envolve em amplo debate com os Deputados e os demais convidados. Encerrada essa fase, o Deputado Ermano Batista apresenta requerimento pedindo seja oficiado ao Diretor-Geral do DER-MG para providenciar o patrolamento e o encascalhamento das estradas vicinais da região do Vale do Jequitinhonha. O requerimento é aprovado. Em seguida, o Deputado Dimas Rodrigues passa a Presidência ao Vice-Presidente, Deputado Ailton Vilela, e apresenta os seguintes requerimentos: solicitando que se encaminhe apelo ao Governador do Estado, para incluir, na lei orçamentária de 2002, recursos para atender os setores básicos nos municípios integrantes da AMEJE e da AMAJE; pedindo seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Trabalho, para se incrementar o programa da frente de trabalho em prol da região do Vale do Jequitinhonha; pleiteando seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Agricultura, para exigir que as empresas, quando da renovação do contrato de plantação e exploração de eucaliptos na região do Vale do Jequitinhonha, ofereçam as condições estruturais de reassentamento dos lavradores locais. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Retomando a Presidência, o Deputado Dimas Rodrigues recebe os seguintes requerimentos do Deputado Ailton Vilela: solicitando seja oficiado ao Governador do Estado e ao Presidente da CEMIG, para se acelerar o processo de eletrificação rural da região do Vale do Jequitinhonha, pedindo seja oficiado ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes e ao Diretor-Presidente da COPASA-MG, para se viabilizarem as obras de infra-estrutura de esgoto nas cidades da região do Vale do Jequitinhonha. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. O Presidente informa que os assuntos discutidos na reunião encontram-se registrados em notas taquigráficas, agradece o comparecimento dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2001.

Dimas Rodrigues, Presidente - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Pinduca Ferreira.

#### ATA DA 78ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de junho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elbe Brandão, e os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Encontram-se presentes também os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Alencar da Silveira Júnior. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e inscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa o recebimento da seguinte correspondência: jornal "Vida em Destaque", órgão informativo do gabinete do Deputado João Leite; denúncia de Gilmar Pereira dos Santos pedindo providências desta comissão; denúncia da Sra. Sônia Maria da Silva Almeida; ofício da Sra. Miriam Nadim Abou-Yd, da FHEMIG; carta da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Mulher de João Pessoa; denúncia de Eurides Gomes Pinheiro; convite da Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania para a reunião preparatória do Seminário sobre a Eficácia da Lei de Tortura; ofício da União Colegial de Minas Gerais; cartas de Antônia Ferreira Rocha, Ana de Almeida Correia Paulino e Carlos Cândido Teles; denúncia de Antônio Madalena Rosa. Na fase de discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia, é submetido à votação o Requerimento nº 2.326/2001, do Deputado Paulo Petterson. É aprovado o requerimento. Ao contínuo, inicia-se a fase de discussão e votação de proposições da Comissão, quando são aprovados requerimentos do Deputado Carlos Pimenta em que solicita seja realizada audiência pública para debater a Lei nº 13.432, de 1999; do Deputado Eduardo Brandão solicitando seja encaminhado ofício ao Chefe do Estado-Maior da PMMG com vistas a que, após as próximas aquisições de viaturas pela PM, esses veículos façam base nos Postos de Gasolina do Estado, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte; dos Deputados Durval Ângelo e Edson Rezende solicitando seja reiterado pedido de informação ao Comandante-Geral da PMMG sobre o episódio de tentativa de desocupação da Fazenda Tangará, em Uberlândia; seja encaminhado ofício ao Superintendente do Instituto Estadual de Florestas solicitando informações sobre o não-cumprimento de diligência determinada pelo Juiz da 12ª Vara Federal; seja encaminhado ofício ao Secretário da Segurança Pública pedindo informações sobre a denúncia trazida a esta comissão por famílias de acampados da Fazenda Tangará; seja encaminhado ofício ao Secretário da Segurança Pública pedindo informações sobre o episódio ocorrido durante a visita de parlamentares mineiros a Uberlândia em 25/6/98; dos Deputados Edson Rezende e Luiz Tadeu Leite solicitando seja formulado pedido ao Presidente da OAB-MG com vistas a que indique um advogado dativo entre os integrantes da Comissão de Direitos Humanos daquela seção para acompanhar o caso do Sr. Marconi Scarpelli; do Deputado Durval Ângelo solicitando visita desta Comissão à cidade de Nova Lima no dia 29 próximo, quando será realizada correição no Judiciário local; seja agendada audiência desta Comissão em Mutum para se discutir a grave situação de criminalidade violenta que acomete a região. A seguir o Deputado Edson Rezende avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.439/2001, do Governador do Estado. A seguir, o Presidente informa que, nesta parte da reunião, a pedido do Deputado Luiz Tadeu Leite, serão ouvidos convidados que farão exposição sobre as diretrizes para a implantação do núcleo de criminologia e execução penal na região do vale do rio Doce; e será discutida, a pedido do Deputado Durval Ângelo, a construção do Centro de Reeducação dos Jovens Condenados da Região Metropolitana de Belo Horizonte - APAC Jovem. O Presidente compõe a mesa com os seguintes convidados: Sr. Eugênio Guimarães, Diretor Acadêmico; Luiz Alves Lopes e Prof. Fábio Alves Santos, e passa a palavra a cada um para suas exposições, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2001.

Edson Rezende, Presidente - Durval Ângelo.

#### ATA DA 63ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas do dia vinte de junho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Antônio Carlos Andrada e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é inscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta. O Presidente registra a presença dos Srs. Mário de Assis, da FAPAEMG, Magda Campbell, da APPMG, e Roque Dias Ribeiro e Donizette Nunes Araújo, respectivamente, Prefeito e Vereador de União de Minas. O Deputado Cristiano Canêdo lê os ofícios dos representantes da UEMG, dos Prefeitos e dos Vereadores dos municípios da AMEG, da AMOG e da ALAGO, dos Deputados Paulo Piau e Rêmolo Aloise, definindo posição pela efetiva estruturação da UEMG; da União Colegial de Minas Gerais encaminhando denúncias contra a Diretora da E.E. Governador Milton Campos; do Reitor da UFMG manifestando-se contrário aos projetos de lei que prevêm a reserva de vagas nas universidades públicas; e do Secretário de Educação informando, em resposta a requerimento da Comissão, que o inspetor escolar poderá afastar-se para férias-prêmio por 30 dias. O Presidente informa que no dia 30/5/2001 designou o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para relatar o Projeto de Lei nº 1.500/2001, o Deputado José Henrique para relatar o Projeto de Lei nº 1.502/2001 e o Deputado Antônio Carlos Andrada para relatar os Projetos de Lei nºs 1.519 e 1.545/2001; designou, no dia 11/6/2001, o Deputado José Henrique para relatar o Projeto de Lei nº 769/99; no dia 12/6/2001, o Deputado Antônio Carlos Andrada para relatar o Projeto de Lei nº 1.552/2001; no dia 13/6/2001, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para relatar as emendas ao Projeto de Lei nº 1.526/2001; e no dia 19/6/2001, o Deputado Antônio Carlos Andrada para relatar o Projeto de Lei nº 1.359/2001. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Antônio Carlos, relator da Emenda de nº 1 ao Projeto de Lei nº 22/99, emite parecer pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Esse parlamentar, também relator do Projeto de Lei nº 1.346/2001, emite parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicado o Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Na ausência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, relator do Projeto de Lei nº 1.351/2001, o Presidente redistribui a proposição ao Deputado Cristiano Canêdo, que emite parecer pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e à votação, é aprovado o parecer. O Deputado Antônio Carlos Andrada, relator do Projeto de Lei nº 1.359/2001, solicita prazo regimental para emitir seu parecer, o qual é acatado pelo Presidente. Esse parlamentar, também relator do Projeto de Lei nº 1.389/2001, emite parecer pela rejeição da proposição, o qual, submetido a discussão e a votação, é aprovado. O Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de matérias de deliberação conclusiva da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Projetos de Lei nºs 1.500 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva), 1.502 (relator: Deputado José Henrique) e 1.519, 1.545 e 1.552/2001 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada). Nessa fase, submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 2.298 e 2.299/2001. O Presidente passa à 3ª

Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São apresentados e aprovados dois requerimentos, sendo o primeiro do Deputado Mauro Lobo, solicitando reunião para debater o Projeto Veredas da Secretaria da Educação, e o segundo, do Deputado Antônio Carlos Andrada, solicitando reunião para debater o material pedagógico e a merenda escolar para o ensino médio público. A seguir, o Presidente submete a discussão e votação, sendo aprovadas, as redações finais dos Projetos de Lei nºs 1.227 e 1.332/2000 e 1.445, 1.467 e 1.471/2001. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2001.

Paulo Piau, Presidente - José Henrique - Dalmo Ribeiro Silva.

#### ATA DA 53ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de junho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Informa, ainda, o recebimento de ofícios dos Srs. José Augusto Trófia Reis, Secretário da Fazenda; José Ferraz da Silva, Presidente do Tribunal de Contas; José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social; Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal; Leopoldo Bessone, Diretor-Presidente da PREVIMINAS; Elvécio Lucas de Bastos Silva, Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo; Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa; Djalmar da Costa Bessa, Chefe de Gabinete do Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Abastecimento; de servidores públicos civis do Poder Executivo; e das Sras. Mônica Messenberg Guimarães, Secretária Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e Eliane Fernandes da Silva, Diretora do Fundo Nacional do Meio Ambiente. A seguir, dá ciência do recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores a seguir citados: Projetos de Lei nºs 837 e 1.172/2000, 1.431 e 1.464/2001 no 1º turno (Deputado Rogério Correia); 1.321/2000 no 1º turno e 1.415/2001 no 2º turno (Deputado Luiz Fernando Faria); 1.176/2000 no 1º turno e 1.414/2001 no 2º turno (Deputado Ivair Nogueira); 1.336/2000, 1.485 e 1.522/2001 no 1º turno (Deputado Anderson Aduato); 321/99 no 1º turno, 605/99 no 2º turno e 1.322/2000 no 1º turno (Deputado Rêmoló Aloise); 54/99 no 1º turno e 1.152/2000 no 2º turno (Deputado Dilzon Melo); 1.539/2001 em turno único (Deputado Mauro Lobo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. A seguir, são aprovados, cada um por sua vez, após discussão e votação, os pareceres pela aprovação, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.321/2000 (relator: Deputado Luiz Fernando Faria) e 1.414/2001 (relator: Deputado Ivair Nogueira); os pareceres pela rejeição, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.364/2001 e 837/2000, bem como do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, a este projeto (relator: Deputado Rogério Correia); e os pareceres pela aprovação, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.210/2000 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 e 2, do relator, Deputado Dilzon Melo; 1.273/2000 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Direitos Humanos (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.388/2001 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Luiz Fernando Faria, em virtude de redistribuição); 1.393/2001 (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.396/2001 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social (relator: Deputado Rogério Correia); 1.420/2001 com a Emenda nº 1, do relator, Deputado Rêmoló Aloise; 1.423/2001 com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.464/2001 (relator: Deputado Rogério Correia) e 1.510/2001 (relator: Deputado Ivair Nogueira). O Projeto de Lei nº 1.176/2000 (relator: Deputado Ivair Nogueira) é convertido em diligência à Secretaria da Fazenda, por determinação do Presidente da Comissão. Após, o Deputado Rogério Correia, relator do Projeto de Lei nº 1.431/2001, em 1º turno, apresenta parecer em que conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública; e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. Na fase de discussão, o Deputado Rêmoló Aloise apresenta a Emenda nº 4. Colocado em votação, é aprovado o parecer. A seguir, é aprovada, com voto contrário do relator, a Emenda nº 4, que é incluída pelo relator na nova redação do parecer. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Colocados em votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos do Deputado Ivo José, em que solicita seja realizada, em 28/6/2001, reunião conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, destinada a audiência pública para, juntamente com a Comissão de Vistoria e Controle da Câmara dos Deputados, cobrar soluções da Presidência da República em relação às dez piores estradas federais; do Deputado Mauro Lobo, em que solicita sejam convidados o Secretário de Habitação, o Presidente da COHAB-MG e o Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal para discutir a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Variações Salariais - FCVS - com relação aos contratos de financiamento habitacional firmados com a COHAB-MG; e do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada audiência pública, com a presença do Secretário da Fazenda e de representantes do Tribunal de Contas e da Associação Mineira de Municípios - AMM -, para obter informações sobre diversas diferenças encontradas na mensagem de prestação de contas enviada à Assembléia, referente ao ano de 2000, como entre valores de transferência condicional aos municípios e sua taxa de crescimento real, a evolução da receita tributária, de ICMS e outras. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Rogério Correia - Ambrósio Pinto - Eduardo Brandão.

#### ATA DA 39ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de redação

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte de junho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Djalma Diniz e Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Amílcar Martins, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Glycon Terra Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. Prosseguindo, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui ao Deputado Djalma Diniz o Projeto de Lei Complementar nº 28/2000, os Projetos de Lei nºs 962/2000, 1.468, 1.476, 1.483, 1.484, 1.489 e 1.499/2001 e ao Deputado Ailton Vilela os Projetos de Lei nºs 923/2000, 716/1999, 994/2000, 1.391, 1.403, 1.440 e 1.474/2001. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 28/2000 (relator: Deputado Djalma Diniz) e dos Projetos de Lei nºs 923/2000 (relator: Deputado Ailton Vilela) e 962/2000 (relator: Deputado Djalma Diniz). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre matéria de deliberação conclusiva da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 716/99, 994/2000, 1.391, 1.403, 1.440 e 1.474/2001 (relator: Deputado Ailton Vilela); 1.468, 1.476, 1.483, 1.484, 1.489 e 1.499/2001 (relator: Deputado Djalma Diniz). Após, o Presidente sugere aos membros da Comissão que as reuniões ordinárias passem a ser às quartas-feiras, às 14h30min, o que é acatado pelos Deputados presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Amílcar Martins - Dalmo Ribeiro Silva.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.508/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei ora analisado, do Deputado Sargento Rodrigues, pretende seja declarado de utilidade pública o Marianense Futebol Clube - MFC -, com sede no Município de Mariana.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão

deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A entidade em causa visa a agregar crianças da localidade em torno dos ideais do bem, da ordem e da cidadania, bem como promover seu desenvolvimento cultural, educacional e social.

Para atingir tais objetivos, realiza reuniões e eventos de caráter cívico, social e cultural, estimulando a solidariedade entre seus associados e buscando a integração dos menores na sociedade.

Em virtude de tais iniciativas, é justo que a entidade seja declarada de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões registradas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.508/2001 na forma proposta.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.561/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De autoria do Deputado Luiz Menezes, o projeto de lei em tela propõe seja declarada de utilidade pública a Associação Cultural Itabira Século XXI, com sede nesse município.

Inicialmente, foi a matéria encaminhada, para exame preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta. Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação Cultural Itabira Século XXI é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade realizar projetos culturais, ambientais e educacionais que contribuam para o desenvolvimento do município, bem como estimular ações com o mesmo propósito.

Para alcançar tais objetivos, desenvolve em âmbito local e nacional, projetos culturais e artísticos nas áreas de literatura, artes cênicas, dança, música, artes plásticas, artesanato; programas de qualificação em planejamento e gestão, produzindo e difundindo trabalhos escritos e audiovisuais, ofertando cursos, conferências e seminários; programas relacionados com o turismo sustentável, mediante projetos de proteção ao patrimônio histórico, cultural e ambiental, planejamento urbano, ecovilas, entre outros; programas e projetos que incentivem a promoção da ética, do voluntariado, de políticas públicas e de atividades privadas com responsabilidade social.

O reconhecimento da instituição como sendo de utilidade pública certamente fortalecerá o trabalho que vem sendo desenvolvido.

#### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.561/2001 na forma original.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2001.

José Henrique, relator.

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.304/2001

Mesa da Assembléia

#### Relatório

De autoria da Comissão de Administração Pública, a proposição em tela requer à Presidência da Assembléia Legislativa sejam solicitadas ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais informações sobre a situação em que se encontra a anulação de pena requerida pelo Cadete PM Lisandro Antônio Fernandes Sodré, nº 119.580.9, lotado na 2ª Companhia Independente.

Publicada em 7/6/2001, vem a matéria à Mesa para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Conforme dispõe o art. 34 do Estatuto dos Militares, "Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o militar é investido legalmente quando conduz homens ou dirige uma organização militar. O comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui uma prerrogativa impessoal, em cujo exercício o militar se define e se caracteriza como chefe".

A violação das obrigações ou dos deveres militares constituirá crime, contravenção ou transgressão disciplinar - assunto de que trata, em essência - a proposição analisada, sendo competentes, no caso, para determinar o afastamento do cargo ou o impedimento do exercício da função, os Comandantes, os chefes e os Diretores, na conformidade da legislação ou regulamentação específica de cada Força Armada.

O militar que se julgar prejudicado ou ofendido por qualquer ato administrativo ou disciplinar de superior hierárquico poderá recorrer ou interpor pedido de reconsideração, queixa

ou representação, segundo regulamentação específica de cada Força Armada.

Ainda em relação ao assunto, a Constituição Federal dispõe, no inciso XXXIV, "a", art. 5º, que "são a todos assegurados, independentes ao pagamento de taxas: - o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder".

Portanto, a Constituição Federal e o Estatuto dos Militares assegura a qualquer militar o direito de petição em defesa de atos administrativos ou disciplinares com os quais ele se sinta prejudicado, e, ao que relata a proposição, esse procedimento foi adotado pelo Cadete PM Lisandro Antonino Fernandes Sodré.

Após tais considerações, só nos resta dizer que não cabe a este Legislativo ingerir em atos internos de outro Poder, pois, conforme estabelece o art. 2º de nossa Carta Magna, "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Ademais, porque a prerrogativa de fiscalização, que lhe confere a Constituição mineira, é de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta.

Por conseguinte, consideramos inconveniente o envio do pedido de informação proposto.

#### Conclusão

Mediante o exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 2.304/2001.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de julho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho, relator - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/7/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.014, 2.037, 2.039, 2.058, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Ambrósio Pinto

nomeando Maria do Carmo Silveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

exonerando, a partir de 10/7/2001, Gelson Oliva Mota do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Gerson Santana para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

exonerando Anamara Couto Lima do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Lilian Bianchi Coelho do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Marlene de Jesus Caetano Corrêa do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

exonerando Rosemary Antônia Cordeiro Bicalho do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Jaqueline Aparecida Orsine Maciel para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Marcos Gonçalves Campos para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Marlene de Jesus Caetano Corrêa para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Walteson de Paula Grilo para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 5/7/2001, que exonerou, a partir de 4/7/2001, Milton Batista Figueredo do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas.

#### Aviso de Licitação

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2001

#### CONVITE Nº 22/2001

Objeto: aquisição de pneus - Licitantes vencedoras: Comercial Pneutop Ltda. (subitens 1.1, 1.3 e 1.4), Minas Pneus Ltda. (subitem 1.2), Pneusola Pneus e Peças Ltda. (subitem 1.5).

#### AVISO DE LICITAÇÃO



TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2001

Data de julgamento da habilitação: 9/7/2001.

Objeto: aquisição de veículos automotores, zero km, ano 2001.

Licitantes habilitadas: Fiat Automóveis S.A., Minasmáquinas S.A. e Cardiesel Ltda.

Licitantes inabilitadas: Reauto Representação de Automóveis e J.G. Automóveis Ltda.

Belo Horizonte, 10 de julho de 2001.

Sérgio José Barcelos, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Célia Denise Silva. Objeto: prestação de serviços de produtora para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 17/6/2001 até 16/9/2001 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Bruno Stefano de Souza Garzon. Objeto: prestação de serviços de exibidor para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 19/6/2001 até 18/9/2001 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Aldo Américo Azevedo Neto. Objeto: prestação de serviços de diretor de programas para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 17/6/2001 até 16/9/2001 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Luciana Cristina dos Santos. Objeto: prestação de serviços de repórter para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 17/6/2001 até 16/9/2001 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Adriana Helena Soares. Objeto: prestação de serviços de coordenadora de produção para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 17/6/2001 até 16/9/2001 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: André de Souza Werlang. Objeto: prestação de serviços de repórter para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 26/6/2001 até 25/9/2000 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rosângela Gonçalves Romão. Objeto: prestação de serviços de editora de textos para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 26/6/2001 até 25/9/2001 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Márcio Stefano Garzon. Objeto: prestação de serviços de exibidor para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 23/6/2001 até 22/9/2001 ou até o término do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.539/2001

Na publicação do parecer em epigrafe, verificada na edição de 7/7/2001, na pág. 25, col. 3, no art. 4º, onde se lê:

"inciso I do 'caput' deste artigo", leia-se:

"inciso I do 'caput' do art. 2º".